

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

Aprovado em reunião do Conselho de Gestão de 28 de março de 2022

Índice

1. Introdução	5
<i>Enquadramento Institucional</i>	5
<i>Objetivos e Estatutos</i>	5
2. Atividades	6
3. Execução Orçamental	11
4. Demonstrações Financeiras.....	21
5. Análise Financeira	24
<i>a) Situação financeira geral</i>	24
<i>Balanço</i>	24
<i>Demonstração de Resultados</i>	25
<i>b) Situação financeira específica</i>	26
<i>c) Rendimentos</i>	36
<i>d) Gastos</i>	44
<i>e) Proposta de Aplicação de Resultados</i>	53
6. Organização Interna	53
7. Acontecimentos após a data de relato.....	68
8. Notas sobre a contabilidade analítica	68
Anexo I – Balanço Social	69

Índice de Quadros

Quadro 1 – Saldo da Gerência Anterior	11
Quadro 2 – Comparação das receitas arrecadadas em 2020 e 2021	12
Quadro 3 – Receita por Classificação Económica	14
Quadro 4 – Comparação entre o orçamento inicial e as receitas arrecadadas	15
Quadro 5 – Reforço Orçamento do Estado	15
Quadro 6 – Despesa por Classificação Económica	17
Quadro 7 – Despesa por Fonte de Financiamento	18
Quadro 8 – Saldo para a Gerência Seguinte	20
Quadro 9 – Balanço de 2021	22
Quadro 10 – Demonstração de Resultados	23
Quadro 11 – Alterações nos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	27
Quadro 12 – Investimentos Financeiros	28
Quadro 13 – Dívida de Propinas	28
Quadro 14 – Dívida de Clientes	29
Quadro 15 – Outras Contas a Receber	29
Quadro 16 – Diferimentos – Ativo	30
Quadro 17 – Caixa e Depósitos	30
Quadro 18 – Alterações ao Património Líquido	31
Quadro 19 – Provisões	32
Quadro 20 – Dívida a Fornecedores c/c	33
Quadro 21 – Estado e Outros Entes Públicos	33
Quadro 22 – Subsídios Reembolsáveis – POSEUR	34
Quadro 23 – Dívida a Fornecedores de Investimentos	34

Quadro 24 – Outras Contas a Pagar	35
Quadro 25 – Diferimentos – Passivo	35
Quadro 26 – Estrutura de rendimentos	36
Quadro 27 – Vendas	38
Quadro 28 – Prestações de Serviços	39
Quadro 29 – Impostos e Taxas	40
Quadro 30 – Transferências e Subsídios Correntes	41
Quadro 31 – Imparidades de Ativos	42
Quadro 32 – Outros rendimentos e ganhos	43
Quadro 33 – Estrutura de Gastos	44
Quadro 34 – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	45
Quadro 35 – Fornecimentos e Serviços Externos	46
Quadro 36 – Outros Fornecimentos e Serviços Externos	47
Quadro 37 – Gastos com o Pessoal	48
Quadro 38 – Transferências e Subsídios Concedidos 2021 e 2020	49
Quadro 39 – Provisões	50
Quadro 40 – Outros Gastos e Perdas	51
Quadro 41 – Gastos com Depreciações e Amortizações	52

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Total de Receita	13
Gráfico 2 – Estrutura de Rendimentos – 2021	37
Gráfico 3 – Estrutura de Gastos – 2021	45
Gráfico 4 – Fornecimentos e Serviços Externos – 2021	47
Gráfico 5 – Gastos com Pessoal – 2021	49
Gráfico 6 – Gastos de Depreciação e de Amortização – 2021	52

1. Introdução

Enquadramento Institucional

A Universidade do Algarve, tal como existe neste momento, resultou da união das duas instituições previamente existentes: a Universidade do Algarve, criada pela Lei n.º 11/79, de 28 de março, e o Instituto Politécnico de Faro, criado pelo decreto-lei n.º 513-T/79, de 26 de dezembro.

Em 1982 foi nomeado o primeiro reitor da Universidade do Algarve, o Prof. Doutor Gomes Guerreiro, a quem sucederam o Prof. Doutor Lloyd Braga (1986), o Prof. Doutor Montalvão Marques (1990), o Prof. Doutor Alte da Veiga (1993), o Prof. Doutor Adriano Pimpão (1998), o Prof. Doutor João Guerreiro, (2006), o Prof. Doutor António Branco (2013). O atual reitor, o Prof. Doutor Paulo Águas, está em funções desde dezembro de 2017.

Após a aprovação dos Estatutos da Universidade do Algarve, entendeu o Governo que era necessário criar um enquadramento legal adequado à nova realidade, não só em termos de património como de meios humanos e, através do decreto-lei n.º 241/92, de 29 de outubro, decretou a extinção do Instituto Politécnico de Faro.

A Universidade do Algarve é, assim, uma instituição diferente das outras Universidades, dado coexistirem no seu seio Unidades Orgânicas de Ensino Superior Universitário e de Ensino Superior Politécnico, em situação de paridade.

Objetivos e Estatutos

Os Estatutos da Universidade do Algarve encontram-se publicados em anexo ao Despacho Normativo n.º 198/91, de 24 de agosto, publicados no DR nº 211 – I Série B, de 13-09-1991, encontrando-se a versão atual republicada em DR, 2.ª série, pelo Despacho Normativo n.º 28/2021, de 27 de dezembro de 2021.

Definida como pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, a Universidade do Algarve tem por fins fundamentais, de acordo com os seus Estatutos:

- A formação humanística, cultural, artística, científica, técnica e profissional;
- A realização de investigação científica de alto nível e o desenvolvimento experimental, promovendo a difusão dos seus resultados e a valorização social e económica do conhecimento e da inovação organizacional;

- A colaboração com entidades públicas e privadas;
- A promoção da internacionalização das suas atividades;
- A criação de instrumentos de promoção, sustentabilidade e avaliação, interna e externa da qualidade e de prestação de contas, baseados em padrões reconhecidos e comparáveis no plano internacional.

2. Atividades

O Orçamento do Estado para 2021 foi aprovado pela Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro, atribuindo o mesmo determina à Universidade do Algarve um orçamento de receita e despesa no montante de 63 790.005€.

Nos anos de 2020 e 2021 não foram publicados os respetivos Decretos-lei de Execução Orçamental, aplicando-se as normas estabelecidas para o ano de 2019, publicadas pelo Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho.

À semelhança de 2020, também o ano de 2021, foi determinantemente marcado pela pandemia COVID19.

Neste contexto, o ano de 2021 inicia-se em estado de emergência. Em 6 de novembro de 2020 foi declarado o 2.º estado de emergência que se prolongou até 30 de abril de 2021.

O estado de emergência não foi renovado depois de 30 de abril de 2021, pelo que, a partir de 1 de maio de 2021, passou a vigorar a situação de calamidade que perdurou até 20 de agosto de 2021.

Em 20 de agosto foi declarada a situação de contingência que se prolongou até 29 de setembro de 2021.

De 30 de setembro de 2021 a 25 de novembro de 2021 esteve em vigor o estado de alerta.

Devido ao agravamento da situação, em 25 de novembro foi novamente decretado o estado de calamidade que se prolongou até ao final de 2021.

Em 2021 foi dada continuidade à política de contenção da despesa, destacando-se as seguintes medidas:

- i) Continuação do esforço para não aumentar os encargos com o pessoal;
- ii) Garantia de cobertura dos encargos fixos nos novos projetos;
- iii) Definição de valores mínimos a cobrar pelos serviços prestados.

Ao longo do ano de 2021, no âmbito da gestão e eficiência do funcionamento da instituição, foram adotadas um conjunto de medidas, destacando-se os seguintes despachos reitorais:

- RT.7/2021 - Incentivos à inscrição de Estudantes Internacionais nos ciclos de estudos de formação inicial – 2021/22
- RT.8/2021 - Férias do pessoal – 2021
- RT.14/2021 – Medidas excecionais e temporárias decorrentes da renovação do estado de emergência
- RT.19/2021 – Medidas extraordinárias face a evolução da pandemia de COVID-19. Suspensão das atividades letivas
- RT.23/2021 – Preparação do ano letivo 2020/2021 – Alteração na calendarização de algumas tarefas constantes do Despacho RT. 60/2020 de 26 de junho
- RT.24/2021 – Preparação do ano letivo 2021/22 – Calendário das tarefas
- RT.25/2021 – Alteração do Calendário Escolar 2020/21
- RT.29/2021 – Composição do Conselho de Gestão
- RT.30/2021 – Alteração do Calendário Escolar 2020/21. Alteração da época extraordinária – 1.º semestre
- RT.59/2021 – Calendário Escolar 2021/22
- RT.58/2021 – Calendário Escolar 2020/21. Alteração da época especial de finalistas.
- RT.73/2021 – Linhas orientadoras para a organização do ano letivo 2021/22
- RT.79/2021 – Calendário Académico ano letivo 2021/2022
- RT.88/2021 – Propinas dos Cursos de Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), de 1º, 2º e 3º ciclos de estudos e de Mestrado Integrado para o ano letivo 2021/22

Relativamente ao património imobiliário da Universidade, este encontra-se todo registado em nome da instituição.

Nos termos da al. c) do n.º 1 do art. 3.º do Decreto-lei n.º 5/2021 de 11 de janeiro, o campus da saúde, onde funcionou a Escola Superior de Saúde de Faro, saiu da orla patrimonial da Universidade do Algarve, para ser afeto ao desempenho das atribuições e competências da Diretoria do Sul da Polícia Judiciária.

Este diploma determina ainda a integração no património da Universidade do Algarve do Prédio onde funciona a sede da Diretoria do Sul da Polícia Judiciária, sito na Rua do Município, números 5, 7, 9, 11, 17, 19, 21, 23 e 25 e na Rua Rasquinho número 12, em Faro.

Em 2021, manteve-se o objetivo na consolidação e desenvolvimento das ferramentas informáticas utilizadas na Universidade do Algarve, nomeadamente:

- SGD UAlg – Sistema de Gestão Documental (Plataforma informática de gestão de fluxos de documentos, que permitiu uma desmaterialização de processos);
- SIGES UAlg – Sistema de Gestão Académica para a Universidade do Algarve (Aplicação informática de gestão académica, com funcionalidades de gestão pedagógica);
- Software Primavera (Aplicação Informática que integra a gestão das áreas financeira, recursos humanos e projetos de investigação).
- UAlgnets e EDOCLink (Desenvolvimento de webservices de ligação entre o software Primavera e o Sistema de Gestão Documental)

Desde 2017 que estão em vigor os seguintes manuais de procedimentos, bem como o Manual de Controlo Interno, que se encontram em processo de atualização:

- PCI-D-07 Despesa: Aquisição de bens e serviços – Ajuste Direto – Regime Geral – Pessoas Coletivas;
- PCI – R – 01 Receita: Aluguer e Cedência de Espaços;
- PCI – D – 01/A Despesa: Aquisição de bens e serviços: Ajuste direto simplificado – Pessoas coletivas – Bens de consumo corrente, bens de capital (imobilizado), exceto equipamento informático;
- PCI – D – 01/B Despesa: Aquisição de bens e serviços: Ajuste direto simplificado – Pessoas coletivas – Equipamento informático;
- PCI-D-08 Despesa: Aquisição de bens e serviços – Concurso Público;
- PCI-DP-01 Despesa de Pessoal: Deslocações e equiparação a bolseiro;
- PCI-D-06 Despesa: empreitadas de Obras Públicas;
- PCI-D-05 Despesa: Fundo de Maneio;
- PCI-DP-04 Despesas com Pessoal: Processamento de vencimentos, abonos e descontos;

- PCI-D-04 Despesas: Aquisição de bens e serviços – Despesas inerentes a contratos de fornecimento contínuo;
- PCI-D-03 Despesa: outras despesas;
- PCI-R-02 Receita: Propinas;
- PCI-R-03 Receita: Projetos;
- PCI-R-04 Receita: Prestação de serviços

O exercício de execução orçamental e financeira da Universidade obedeceu a normas emanadas pela Direcção-Geral do Orçamento, para além das normas constantes na Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2021 e no Decreto-Lei de Execução Orçamental n.º 84/2019, de 28 de junho, que vem estabelecer as Normas de Execução Orçamental, nomeadamente a disciplina orçamental.

Em 01 de janeiro de 2019, a Universidade do Algarve transitou para o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Dos vários documentos que compõem a prestação de contas nos moldes do SNC-AP, destacam-se:

Demonstrações Financeiras:

Balanço

Demonstração de resultados por natureza;

Demonstração das alterações no património líquido;

Demonstração de fluxos de caixa;

Anexo às demonstrações financeiras.

Demonstrações Orçamentais

Demonstração do desempenho orçamental;

Demonstração de execução orçamental da receita;

Demonstração de execução orçamental da despesa;

Anexo às demonstrações orçamentais.

Relatório de gestão

Para além do tradicional mapa dos fluxos de caixa em que se demonstram os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o ano económico, constituindo um mapa de tesouraria – incluem-se como documentos de prestação de contas o Balanço, a Demonstração de Resultados e os respetivos Anexos.

A conta da Universidade do Algarve vai ser objeto de Certificação Legal de Contas pelo Fiscal Único, sendo realizada pela sociedade de revisores oficiais de contas BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Lda.

3. Execução Orçamental

A Universidade do Algarve iniciou o ano económico de 2021 com um saldo de gerência transitado de 2020 no valor de 2.228.111,71€. Em 2020, o saldo de gerência transitado de 2019 foi de apenas 24.062,93€.

Quadro 1 – Saldo da Gerência Anterior

Saldo de gerência	2021	Peso	Variação	2020	Peso
Orçamento do Estado	55,53 €	0,00%	37,46 €	18,07 €	0,08%
Orçamento do Estado - Outros	161.081,28 €	7,23%	160.294,59 €	786,69 €	3,27%
Fundos Comunitários	1.698.570,61 €	76,23%	1.688.876,50 €	9.694,11 €	40,29%
Receitas Próprias	368.404,29 €	16,53%	354.840,23 €	13.564,06 €	56,37%
TOTAL	2.228.111,71 €		2.204.048,78 €	24.062,93 €	

A Universidade do Algarve contou, durante o ano de 2021, com um total de recebimentos orçamentais no valor de 62.037.503,64€, acrescido de 2.228.111,71€ relativamente ao saldo da gerência anterior.

Comparando com o volume de receitas cobradas em 2020, o ano de 2021 regista um acréscimo de 4,15% (59.566.649,06€ em 2020, face a 62.037.503,64€ em 2021), o que representa um aumento de 2.470.854,58€. Registe-se que em 2020 tinha-se verificado um acréscimo de 9,17%, com uma subida na receita cobrada de 5.001.581,70€.

O aumento das cobranças em 2021 é fortemente explicada pelo acréscimo da participação na dotação do orçamento do estado que regista um crescimento de 1.572.498€ face ao ano transato de 2020. Esta variação representa uma subida de 4,26%, que é essencialmente justificado pela compensação da estimativa do impacto da limitação, em sede de Orçamento do Estado, do valor das propinas.

A dotação inicial do OE atribuída em 2021, conjuntamente à UAlg e aos SASUALg, foi de 39.015.331€, o que representa um acréscimo de 5,03% face a idêntica grandeza concedida em 2020 (37.148.544€). O aumento registado de 1.866.787€, inclui:

- Aumento da dotação inicial de 2% face a 2020 (i.e., um aumento de 742.971€ face à dotação inicial de 2020);
- Compensação da redução do valor das propinas em 1.013.032€, cuja quantia foi estimada tendo por base o número oficial de estudantes matriculados;

- Reforço da dotação pela despesa efetiva a realizar resultante da integração de investigadores no âmbito do PREVPAP, no valor de 110.784€;

Além disso, também as receitas provenientes de projetos de investimento e I&D, quer os que são financiados por fundos comunitários, quer aqueles cujo financiamento têm origem no Orçamento do Estado, apresentam em 2021 um crescimento de 7,34%, ou seja, uma subida de 716.604,85€.

Em 2021, a receita cobrada com propinas e taxas regista um aumento de 321.571,82€, o que percentualmente representa um acréscimo de 3,76%.

Também, os recebimentos relacionados com as vendas e prestações de serviços registam em 2021 um acréscimo de 71.541,69€ (+9,16%).

Já as outras receitas, registam em 2021 um decréscimo de 0,8%, o que representa uma redução de 7.976,04€.

Também com variação negativa estão os recebimentos de verbas do programa “Investigador FCT/Emprego Científico” que registam em 2021 um decréscimo de 203.385,74€, correspondente a uma redução percentual de 7,81%.

Quadro 2 – Comparação das receitas arrecadadas em 2020 e 2021

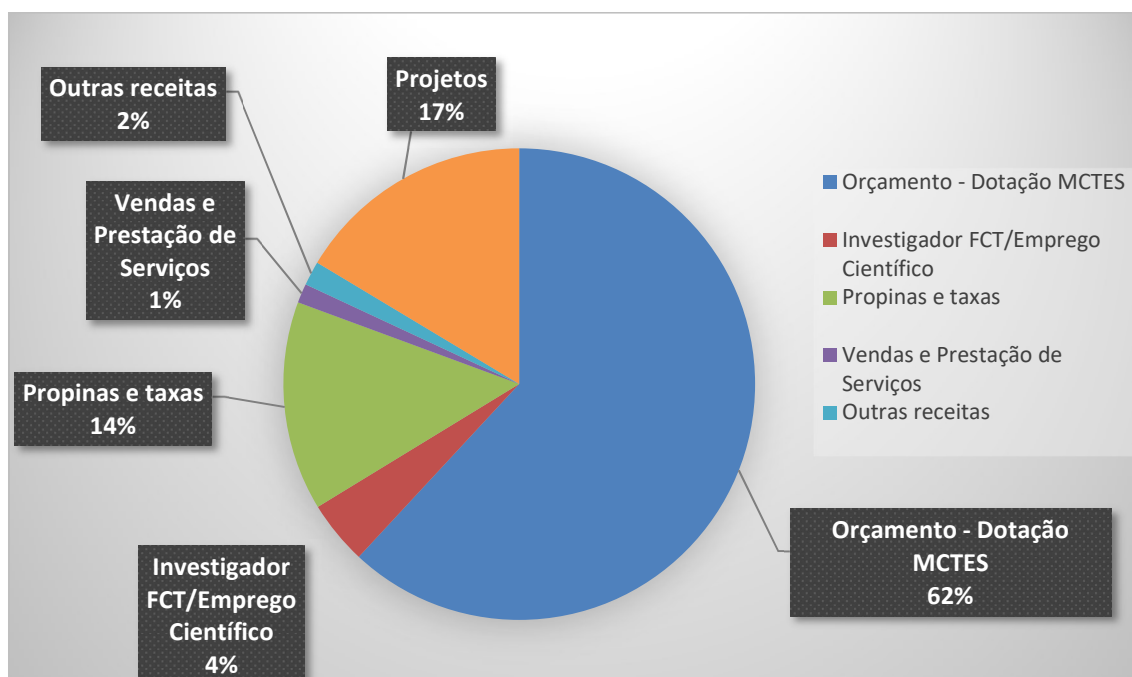
Receitas	2021	Peso	Variação	2020	Peso
Orçamento - Dotação MCTES	38.449.884,00 €	61,98%	1.572.498,00 €	36.877.386,00 €	61,91%
Investigador FCT/Emprego Científico	2.401.410,55 €	3,87%	-203.385,74 €	2.604.796,29 €	4,37%
Propinas e taxas	8.870.364,06 €	14,30%	321.571,82 €	8.548.792,24 €	14,35%
Vendas e Prestação de Serviços	852.989,05 €	1,37%	71.541,69 €	781.447,36 €	1,31%
Outras receitas	984.396,62 €	1,59%	-7.976,04 €	992.372,66 €	1,67%
Projetos	10.478.459,36 €	16,89%	716.604,85 €	9.761.854,51 €	16,39%
TOTAL	62.037.503,64 €		2.470.854,58 €	59.566.649,06 €	

Fazendo uma análise à distribuição das receitas arrecadadas durante o ano económico de 2021, verificamos que as transferências do Estado (OE) representam 62% do total de receitas (ver Gráfico 1).

A receita proveniente de projetos representa 17% do total das cobranças de 2021. Já as propinas e taxas constituem 14% do montante global de receita arrecadada em 2021.

As cobranças com Investigador FCT/Emprego Científico, outras receitas e vendas e prestações de serviços representam, respetivamente, 4%, 2% e 1% da receita global de 2021.

Gráfico 1 – Total de Receita



A análise da receita cobrada por classificação económica permite apurar que em 2021 as transferências correntes registam um crescimento de 6,89%, no valor de 3.094.451,52€. As receitas provenientes das transferências da União Europeia apresentam o maior contributo para este aumento, registando um acréscimo de 28,98% (+1.831.448,91€). Também as transferências OE – MCTES, contribuem para este acréscimo nas transferências correntes, apresentando um crescimento de 4,26% (1.572.498€).

É de notar que as transferências de capital registam uma diminuição de 26,62%, ou seja uma variação negativa de 1.279.843,65€, que é essencialmente justificado pelas reduções de transferências provenientes da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Quadro 3 – Receita por Classificação Económica

Classificação Económica	Descrição Classificação Económica	2021	Peso	Variação	2020	Peso
04	Taxas e Multas					
040122	Propinas	7.722.376,34 €	12,02%	151.473,92 €	7.570.902,42 €	12,70%
040199	Taxas diversas	1.096.055,78 €	1,71%	178.670,24 €	917.385,54 €	1,54%
040201/99	Juros de mora, multas e outras penalidades	51.931,94 €	0,08%	-8.572,34 €	60.504,28 €	0,10%
Subtotal 04		8.870.364,06 €	13,80%	321.571,82 €	8.548.792,24 €	14,35%
06	Transferências Correntes					
060101/02	Transferências de Entidades Públicas/Privadas	66.416,29 €	0,10%	34.753,61 €	31.662,68 €	0,05%
060201	Bancos e outras instituições financeiras	570.000,00 €	0,89%	8.350,00 €	561.650,00 €	0,94%
060301	Transferências - Estado	40.011,00 €	0,06%	4.490,84 €	35.520,16 €	0,06%
060301	Transferências OE - MCTES	38.449.884,00 €	59,83%	1.572.498,00 €	36.877.386,00 €	61,88%
060501	Transferências da Administração Local	160.893,20 €	0,25%	148.572,45 €	12.320,75 €	0,02%
060701	Instituições sem fins lucrativos	71.294,83 €	0,11%	-90.339,09 €	161.633,92 €	0,27%
060901/04	Transferências da União Europeia	8.150.111,98 €	12,68%	1.831.448,91 €	6.318.663,07 €	10,60%
060905	Transferências de Países terceiros e organizações internaci	79.253,48 €	0,12%	69.167,90 €	10.085,58 €	0,02%
060307/10/11	Transferências correntes - SFA	414.581,07 €	0,65%	-484.491,10 €	899.072,17 €	1,51%
Subtotal 06		48.002.445,85 €	74,69%	3.094.451,52 €	44.907.994,33 €	75,36%
07	Venda de Bens e Serviços					
070100	Venda de bens	11.961,84 €	0,02%	2.759,91 €	9.201,93 €	0,02%
070200	Prestação de serviços	1.168.547,30 €	1,82%	213.963,56 €	954.583,74 €	1,60%
070300	Rendas	0,00	0,00%	0,00 €	0,00	0,00%
Subtotal 07		1.180.509,14 €	1,84%	216.723,47 €	963.785,67 €	1,62%
08	Outras Receitas Correntes					
080100	Outras receitas correntes	28.688,92 €	0,04%	23.966,09 €	4.722,83 €	0,01%
080200	Subsídios - Segurança Social	135.054,80	0,21%	126.804,22 €	8.250,58	0,01%
Subtotal 08		163.743,72 €	0,25%	150.770,31 €	12.973,41 €	0,02%
10	Transferências de Capital					
100300	Transferências de capital - SFA	3.527.476,65 €	5,49%	-1.279.843,65 €	4.807.320,30 €	8,07%
100901/03	Transferências da União Europeia	0,00	0,00%	0,00 €	0,00	0,00%
Subtotal 10		3.527.476,65 €	5,49%	-1.279.843,65 €	4.807.320,30 €	8,07%
12	Passivos Financeiros					
120604	Passivos Financeiros	264.266,46 €	0,41%	192.368,95 €	71.897,51	0,12%
Subtotal 12		264.266,46 €	0,41%	192.368,95 €	71.897,51 €	0,12%
13	Outras receitas de capital					
130102	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00	0,00%
Subtotal 15		0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos					
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	28.697,76 €	0,04%	21.412,16 €	7.285,60 €	0,01%
Subtotal 15		28.697,76 €	0,04%	21.412,16 €	7.285,60 €	0,01%
16	Saldo da Gerência Anterior					
160101	Saldo da gerência - na posse do serviço	2.228.111,71 €	3,47%	2.204.048,78 €	24.062,93 €	0,04%
160103	Saldo da gerência anterior	0,00 €	0,00%	-246.600,00 €	246.600,00 €	0,41%
Subtotal 16		2.228.111,71 €	3,47%	1.957.448,78 €	270.662,93 €	0,45%
Total Geral		64.265.615,35 €	100,00%	4.674.903,36 €	59.590.711,99 €	100,00%

Comparando o orçamento inicial da Universidade do Algarve para 2021, que apresenta um valor global de 63.790.005€, verifica-se que durante a gerência de 2021 foram cobradas receitas no montante de 62.037.503,64€, o que corresponde a uma taxa de execução de 97,25%. Globalmente, foram cobrados menos 1.752.501,36€ do que estava inicialmente previsto.

Quadro 4 – Comparação entre o orçamento inicial e as receitas arrecadadas

Tipo	Orçamento Inicial Previsto	Receitas Arrecadadas	Desvio	Tx. Exec.
Orçamento - Dotação MCTES	37.915.452,00 €	38.449.884,00 €	534.432,00 €	101,41%
Investigador FCT/Emprego Científico	2.569.545,00 €	2.401.410,55 €	-168.134,45 €	93,46%
Propinas e taxas	8.222.774,00 €	8.870.364,06 €	647.590,06 €	107,88%
Vendas e Prestação de Serviços	825.157,00 €	852.989,05 €	27.832,05 €	103,37%
Outras receitas	3.306.262,00 €	984.396,62 €	-2.321.865,38 €	29,77%
Projetos	10.950.815,00 €	10.478.459,36 €	-472.355,64 €	95,69%
Total	63.790.005,00 €	62.037.503,64 €	-1.752.501,36 €	97,25%

As transferências do OE, comparativamente com o orçamento inicial, apresentam um desvio positivo de 534.432€.

O quadro seguinte apresenta a justificação dos reforços ocorridos na receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado.

Quadro 5 – Reforço Orçamento do Estado

Descrição	Reforço OE
Propinas do Governo de Cabo Verde	697,00 €
Reforço-Cursos Técnicos Superiores Profissionais-TeSP	233.735,00 €
Contrato Programa	300.000,00 €
Total	534.432,00 €

A Portaria n.º 60-C/2015, publicada em DR em 02/03/2015, estabeleceu a elegibilidade das ações relacionadas com os Cursos Técnicos Superiores Profissionais-TeSP no âmbito do POCH (Programa Operacional Capital Humano). A gestão desta ação está a cargo da Direção-Geral do Ensino Superior. Por esta via, em 2020, a dotação OE foi reforçada em 233.735€.

A receita proveniente do Investigador FCT/Emprego Científico foi mais reduzida do que estava inicialmente previsto no orçamento aprovado. A variação negativa foi de 168.134,45

Já as propinas e taxas superaram o orçamento inicial, registando uma taxa de execução orçamental de 107,88%, com um desvio positivo face ao montante inicialmente previsto de 647.590,06€.

Também as receitas provenientes das vendas e prestações de serviços ultrapassaram o orçamento inicial com uma execução orçamental de 103,37% (+27.832,05€).

A execução mais reduzida regista-se nas outras receitas com uma taxa de execução de 29,77%.

No que respeita aos projetos de Investimento e I&D, estes apresentam uma execução orçamental de 95,69%, com um desvio negativo face ao previsto de 472.355,64€.

Relativamente à despesa, verifica-se que em 2021 as despesas com pessoal registam um decréscimo de 2,36% (-1.084.303,13€).

Este decréscimo é fortemente influenciado pela quantia paga de uma despesa que respeita a IRS retido nos vencimentos de dezembro de 2019 no valor de 729.581€. Assim, a gerência de 2020 encontra-se acrescida deste valor, cujo facto patrimonial respeita à gerência de 2019, pelo que o decréscimo real é de 354.722,13€.

É de referir que as aposentações de colaboradores durante os anos de 2020 e 2021, também contribuíram para este decréscimo.

Em 2021, as despesas com pessoal representam 75,24% do total das despesas pagas. Em 2020, esta proporção foi de 80,02%.

As despesas com aquisições de bens e serviços registam em 2021 um decréscimo de 9,42%, o que representa uma variação negativa de 639.107,63€. Este desvio está relacionado com a dívida transitada de gerências anteriores, que neste agrupamento de despesas assumiu os seguintes montantes: Dívida transitada de 2019 – 1.626.012,91€; Dívida transitada de 2020 – 96.675,57€.

Em 2021, as despesas com aquisições de bens e serviços tiveram um peso de 10,32% do total do orçamento anual. Em 2020, esta dimensão foi de 11,83%.

As transferências correntes são quase na sua totalidade dirigidas para o pagamento de bolsas de estudo e investigação. Assiste-se em 2021 a um decréscimo de 20,56%, o que representa uma variação negativa de 509.529,64€.

Em 2021, as outras despesas correntes apresentam um aumento de 145,83% (+824.481,16€). Este acréscimo é derivado do pagamento de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) respeitante às empreitadas de obras públicas.

As aquisições de bens de capital registam em 2021 um expressivo acréscimo de 224,68%, ou seja, uma variação positiva de 3.618.336,21€. Este aumento é essencialmente explicada pelas aquisições desta tipologia de bens através da atividade em projetos I&D e de investimento, nomeadamente a construção do edifício TECHUB incluída no projeto ALG-01-0246-FEDER-000001 "Pólo Tecnológico".

Quadro 6 – Despesa por Classificação Económica

Classificação económica	Descrição	2021	Peso	Variação	2020	Peso
01	Despesas com Pessoal					
010100	Remunerações Certas e Permanentes	35.479.700,22 €	59,56%	-1.029.799,71 €	36.509.499,93 €	63,65%
010200	Abonos Variáveis e Eventuais	192.475,01 €	0,32%	-14.954,72 €	207.429,73 €	0,36%
010300	Segurança Social	9.146.171,40 €	15,35%	-39.548,70 €	9.185.720,10 €	16,01%
Subtotal 01		44.818.346,63 €	75,24%	-1.084.303,13 €	45.902.649,76 €	80,02%
02	Aquisição de Bens e Serviços					
020100	Aquisição de Bens	905.223,98 €	1,52%	-126.828,86 €	1.032.052,84 €	1,80%
020200	Aquisição de Serviços	5.242.830,51 €	8,80%	-512.278,77 €	5.755.109,28 €	10,03%
Subtotal 02		6.148.054,49 €	10,32%	-639.107,63 €	6.787.162,12 €	11,83%
03	Juros e Outros Encargos					
030502	Juros e Outros Encargos	1,42 €	0,00%	-3.062,87 €	3.064,29 €	0,01%
Subtotal 03		1,42 €	0,00%	-3.062,87 €	3.064,29 €	0,01%
04	Transferências Correntes					
040000	Outras Transferências	250.205,36 €	0,42%	-183.791,79 €	433.997,15 €	0,76%
040802	Bolsas	1.718.831,60 €	2,89%	-325.737,85 €	2.044.569,45 €	3,56%
Subtotal 04		1.969.036,96 €	3,31%	-509.529,64 €	2.478.566,60 €	4,32%
06	Outras Despesas Correntes					
060200	Outras Despesas Correntes - Diversas	1.389.842,94 €	2,33%	824.481,16 €	565.361,78 €	0,99%
Subtotal 06		1.389.842,94 €	2,33%	824.481,16 €	565.361,78 €	0,99%
07	Aquisição de Bens de Capital					
070000	Aquisição de Bens de Capital	5.228.798,95 €	8,78%	3.618.336,21 €	1.610.462,74 €	2,81%
Subtotal 07		5.228.798,95 €	8,78%	3.618.336,21 €	1.610.462,74 €	2,81%
08	Transferências de Capital					
080000	Transferências de Capital	0,00 €	0,00%	-15.332,99 €	15.332,99 €	0,03%
Subtotal 08		0,00 €	0,00%	-15.332,99 €	15.332,99 €	0,03%
10	Passivos Financeiros					
100606	Passivos Financeiros	11.564,29 €	0,02%	11.564,29 €	0,00 €	0,00%
Subtotal 08		11.564,29 €	0,02%	11.564,29 €	0,00 €	0,00%
Total Geral		59.565.645,68 €	100,00%	2.203.045,40 €	57.362.600,28 €	100,00%

O quadro seguinte discrimina a execução da despesa por fonte de financiamento.

Quadro 7 – Despesa por Fonte de Financiamento

Despesa	2021	Peso	Varição	2020	Peso
01 - Despesas com Pessoal	44.818.346,63 €	75,24%	-1.084.303,13 €	45.902.649,76 €	80,02%
Dotações Orçamentais	39.952.781,64 €	67,07%	163.726,70 €	39.789.054,94 €	69,36%
RI não afetas a projetos cofinanciados (311)	38.449.840,46 €	64,55%	1.572.478,10 €	36.877.362,36 €	64,29%
Transferências de RI entre organismos (319/359)	1.502.941,18 €	2,52%	-1.408.751,40 €	2.911.692,58 €	5,08%
Fundos Comunitários	5.153,83 €	0,01%	-1.205.665,70 €	1.210.819,53 €	2,11%
FEDER (411/412/414/415/416/421/422)	134,53 €	0,00%	-234.341,56 €	234.476,09 €	0,41%
Fundo de Coesão (432)	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%
Fundo Europeu das Pescas (471)	0,00 €	0,00%	-384.483,68 €	384.483,68 €	0,67%
Outros (482)	5.019,30 €	0,01%	-586.840,46 €	591.859,76 €	1,03%
Receitas Próprias (513/540)	3.330.170,18 €	5,59%	-1.558.182,76 €	4.888.352,94 €	8,52%
Receitas Próprias (513/540)	3.330.170,18 €	5,59%	-1.558.182,76 €	4.888.352,94 €	8,52%
Saldo da Gerência Anterior	1.530.240,98 €	2,57%	1.515.818,63 €	14.422,35 €	0,03%
Saldo da Gerência Anterior	1.530.240,98 €	2,57%	1.515.818,63 €	14.422,35 €	0,03%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	6.148.054,49 €	10,32%	-639.107,63 €	6.787.162,12 €	11,83%
Dotações Orçamentais	1.389.662,36 €	2,33%	258.574,25 €	1.131.088,11 €	1,97%
Transferências de RI entre organismos (319/359)	1.389.662,36 €	2,33%	258.574,25 €	1.131.088,11 €	1,97%
Fundos Comunitários	738.346,82 €	1,24%	-497.328,98 €	1.235.675,80 €	2,15%
FEADER (452)	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%
FEDER (411/412/414/415/416/421/422)	290.118,56 €	0,49%	-445.986,27 €	736.104,83 €	1,28%
Fundo de Coesão (432)	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%
Fundo Europeu das Pescas (471)	90.015,30 €	0,15%	50.802,84 €	39.212,46 €	0,07%
Fundo Social Europeu (442/448)	53.431,83 €	0,09%	53.431,83 €	0,00 €	0,00%
Outros (482)	304.781,13 €	0,51%	-155.577,38 €	460.358,51 €	0,80%
Receitas Próprias (513/540)	4.020.045,31 €	6,75%	-400.352,90 €	4.420.398,21 €	7,71%
Receitas Próprias (513/540)	4.020.045,31 €	6,75%	-400.352,90 €	4.420.398,21 €	7,71%
Saldo da Gerência Anterior	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%
Saldo da Gerência Anterior	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%
03 - Juros e Outros Encargos	1,42 €	0,00%	-3.062,87 €	3.064,29 €	0,01%
Receitas Próprias (513/540)	1,42 €	0,00%	-3.062,87 €	3.064,29 €	0,01%
Receitas Próprias (513/540)	1,42 €	0,00%	-3.062,87 €	3.064,29 €	0,01%

04 - Transferências Correntes	1.969.036,96 €	3,31%	-509.529,64 €	2.478.566,60 €	4,32%
Dotações Orçamentais	263.013,62 €	0,44%	-520.057,76 €	783.071,38 €	1,37%
Transferências de RI entre organismos (319/359)	263.013,62 €	0,44%	-520.057,76 €	783.071,38 €	1,37%
Fundos Comunitários	792.673,51 €	1,33%	-722.769,31 €	1.515.442,82 €	2,64%
FEADER (452)	0,00 €	0,00%	-16.899,50 €	16.899,50 €	0,03%
FEDER (411/412/414/415/416/421/422)	239.064,07 €	0,40%	-454.605,08 €	693.669,15 €	1,21%
Fundo de Coesão (432)	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%
Fundo Europeu das Pescas (471)	364.141,20 €	0,61%	181.094,17 €	183.047,03 €	0,32%
Fundo Social Europeu (442/448)	68.764,91 €	0,12%	62.651,86 €	6.113,05 €	0,01%
Outros (482)	120.703,33 €	0,20%	-495.010,76 €	615.714,09 €	1,07%
Receitas Próprias (513/540)	216.439,48 €	0,36%	45.701,66 €	170.737,82 €	0,30%
Receitas Próprias (513/540)	216.439,48 €	0,36%	45.701,66 €	170.737,82 €	0,30%
Saldo da Gerência Anterior	696.910,35 €	1,17%	687.595,77 €	9.314,58 €	0,02%
Saldo da Gerência Anterior	696.910,35 €	1,17%	687.595,77 €	9.314,58 €	0,02%
06 - Outras Despesas Correntes	1.389.842,94 €	2,33%	824.481,16 €	565.361,78 €	0,99%
Dotações Orçamentais	85.736,09 €	0,14%	11.931,24 €	73.804,85 €	0,13%
Transferências de RI entre organismos (319/359)	85.736,09 €	0,14%	11.931,24 €	73.804,85 €	0,13%
Fundos Comunitários	805.089,24 €	1,35%	702.435,88 €	102.653,36 €	0,18%
FEDER (411/412/414/415/416/421/422)	600.154,56 €	1,01%	510.658,83 €	89.495,73 €	0,16%
Fundo de Coesão (432)	2.876,35 €	0,00%	2.876,35 €	0,00 €	0,00%
Fundo Europeu das Pescas (471)	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%
Outros (482)	202.058,33 €	0,34%	188.900,70 €	13.157,63 €	0,02%
Receitas Próprias (513/540)	499.017,61 €	0,84%	110.114,04 €	388.903,57 €	0,68%
Receitas Próprias (513/540)	499.017,61 €	0,84%	110.114,04 €	388.903,57 €	0,68%
07 - Aquisição de Bens de Capital	5.228.798,95 €	8,78%	3.618.336,21 €	1.610.462,74 €	2,81%
Dotações Orçamentais	344.859,71 €	0,58%	113.707,26 €	231.152,45 €	0,40%
Transferências de RI entre organismos (319/359)	344.859,71 €	0,58%	113.707,26 €	231.152,45 €	0,40%
Fundos Comunitários	4.450.807,45 €	7,47%	3.451.510,48 €	999.296,97 €	1,74%
FEADER (452)	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%
FEDER (411/412/414/415/416/421/422)	3.791.577,20 €	6,37%	2.904.722,71 €	886.854,49 €	1,55%
Fundo de Coesão (432)	156.350,95 €	0,26%	153.631,91 €	2.719,04 €	0,00%
Fundo Europeu das Pescas (471)	320.938,57 €	0,54%	316.959,15 €	3.979,42 €	0,01%
Outros (482)	181.940,73 €	0,31%	76.196,71 €	105.744,02 €	0,18%
Receitas Próprias (513/540)	433.131,79 €	0,73%	53.118,47 €	380.013,32 €	0,66%
Receitas Próprias (513/540)	433.131,79 €	0,73%	53.118,47 €	380.013,32 €	0,66%
08 - Transferências de Capital	0,00 €	0,00%	-15.332,99 €	15.332,99 €	0,03%
Fundos Comunitários	0,00 €	0,00%	-15.332,99 €	15.332,99 €	0,03%
FEDER (411/412/414/415/416/421/422)	0,00 €	0,00%	-706,65 €	706,65 €	0,00%
Outros (482)	0,00 €	0,00%	-14.626,34 €	14.626,34 €	0,03%
10 - Passivos Financeiros	11.564,29 €	0,02%	11.564,29 €	0,00 €	0,00%
Fundos Comunitários	11.564,29 €	0,02%	11.564,29 €	0,00 €	0,00%
Fundo de Coesão (432)	11.564,29 €	0,02%	11.564,29 €	0,00 €	0,00%
Total Geral	59.565.645,68 €	100,00%	2.203.045,40 €	57.362.600,28 €	100,00%

O saldo que transitou para a gerência seguinte (2022) totaliza 4.699.969,67€, conforme se pode verificar no seguinte quadro, onde o mesmo se distribui pelas várias fontes de financiamento.

Quadro 8 – Saldo para a Gerência Seguinte

Saldo de gerência	2022	Peso	Variação	2021	Peso
Orçamento do Estado	43,54 €	0,00%	-11,99 €	55,53 €	0,00%
Orçamento do Estado - Outros	320.534,03 €	6,82%	159.452,75 €	161.081,28 €	7,23%
Fundos Comunitários	1.825.617,87 €	38,84%	127.047,26 €	1.698.570,61 €	76,23%
Receitas Próprias	2.553.774,23 €	54,34%	2.185.369,94 €	368.404,29 €	16,53%
TOTAL	4.699.969,67 €		2.471.857,96 €	2.228.111,71 €	

Relativamente ao saldo que transitou de 2020 (2.228.111,71€) observa-se um aumento de 2.471.857,96€.

Verifica-se que 54,34% do saldo que transita para 2022 tem origem em receitas próprias (2.553.774,23€).

O saldo proveniente dos fundos comunitários, associado à execução de projetos de investimento e I&D, que se encontra na sua maioria consignado à execução desses projetos, representa 38,84% (1.825.617,87€) do montante global a transitar para 2022.

Também o saldo proveniente de OE-Outros respeita na sua maioria a cobranças oriundas da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, cujos montantes encontram-se consignados à execução de projetos I&D financiados exclusivamente pela componente nacional.

Em 11 de setembro de 2015 foi publicada a nova Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015).

Esta Lei entrou em vigor no dia seguinte ao da sua publicação (art. 8.º). No entanto, as matérias relativas ao art. 3.º e do 20.º ao 76.º produzem efeitos a partir do dia 01 de abril de 2020.

Deste modo, o cumprimento da regra dos saldos orçamentais deverá ser avaliado nos termos do art. 27.º da Lei n.º 151/2015 (Lei do Enquadramento Orçamental), verificando-se que a mesma foi cumprida.

Segundo o n.º 4 do art. 6º-A do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo DL n.º 498/72 de 09 de dezembro, é referido que “As instituições de ensino superior e restantes entidades com autonomia administrativa e financeira podem, para efeitos do presente artigo, utilizar os saldos de gerência de anos anteriores, ficando, para esse efeito, dispensados do cumprimento do artigo 25.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de agosto.”

A Universidade do Algarve cumpriu ainda o Regime de Unidade de Tesouraria, tendo observado o disposto no artigo 115º do RJIES – Lei nº 62/2007 de 10 de setembro.

4. Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Não existiram quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de disposições e normas previstas pelo SNC-AP.

Quadro 9 – Balanço de 2021

Rubricas	Notas	Períodos	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	51.473.740,32 €	47.882.337,93 €
Ativos intangíveis	3	100.637,81 €	222.845,53 €
Participações financeiras	18, 22	22.728,88 €	22.728,88 €
Sub-total		51.597.107,01 €	48.127.912,34 €
Ativo Corrente			
Inventários	10	22.338,44 €	31.421,16 €
Clientes, contribuintes e utentes	18, 23	1.992.778,16 €	2.038.421,96 €
Estado e outros entes públicos		0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber		69.985,86 €	100.549,01 €
Diferimentos		87.760,12 €	122.029,22 €
Caixa e depósitos		5.721.711,71 €	3.164.407,45 €
Sub-total		7.894.574,29 €	5.456.828,80 €
Total do Ativo		59.491.681,30 €	53.584.741,14 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património	23	1.087.159,55 €	1.087.159,55 €
Reservas	23	1.222.804,03 €	1.222.804,03 €
Resultados transitados	23	-3.704.123,74 €	-6.333.440,79 €
Ajustamentos em ativos financeiros	23	-10.000,00 €	-10.000,00 €
Outras variações no património líquido	23	43.860.737,36 €	44.016.089,47 €
Resultado líquido do exercício	23	4.207.370,46 €	2.629.317,05 €
Total do Património Líquido		46.663.947,66 €	42.611.929,31 €
PASSIVO			
Passivo não Corrente			
Provisões	15	88.013,34 €	286.339,00 €
Financiamentos obtidos	23	1.055.687,84 €	843.144,11 €
Outras contas a pagar		16.919,65 €	16.701,95 €
Sub-total		1.160.620,83 €	1.146.185,06 €
Passivo Corrente			
Fornecedores	18	52.933,56 €	100.747,12 €
Estado e outros entes públicos	18	-32.289,08 €	-18.061,28 €
Financiamentos obtidos		67.992,90 €	27.834,46 €
Fornecedores de investimentos	18	11.961,35 €	5.325,86 €
Outras contas a pagar		7.416.436,15 €	7.467.461,07 €
Diferimentos		4.150.077,93 €	2.243.319,54 €
Sub-total		11.667.112,81 €	9.826.626,77 €
Total do Passivo		12.827.733,64 €	10.972.811,83 €
Total do Património Líquido e Passivo		59.491.681,30 €	53.584.741,14 €

Quadro 10 – Demonstração de Resultados

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Pos.	Neg.				
70		Impostos, contribuições e taxas	13	8.857.086,77 €	8.447.761,96 €
71		Vendas	13	9.736,71 €	10.945,53 €
72		Prestações de serviços e concessões	13	675.740,48 €	581.349,44 €
75		Transferências e subsídios correntes obtidos	14	47.583.230,08 €	46.585.881,05 €
73		Variação de inventários da produção		0,00 €	0,00 €
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €
	61	Custos de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC)		-11.631,05 €	-6.609,59 €
	62	Fornecimentos e serviços externos	23	-6.198.836,90 €	-5.216.296,74 €
	63	Gastos com pessoal		-44.691.348,64 €	-44.939.572,75 €
	60(-603)	Transferências e subsídios concedidos		-1.893.598,37 €	-2.251.377,56 €
	603	Prestações sociais		0,00 €	0,00 €
7622	652	Imparidades de inventários (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
7621	651	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		-39.303,72 €	127.633,64 €
763	67	Provisões (aumentos /reduções)	15	198.325,66 €	-258.185,39 €
7623;7627	653;657	Imparidade de investimentos não depreciables /amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
77	66	Aumentos / reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €
78		Outros rendimentos e ganhos		3.419.549,35 €	3.366.117,28 €
	68	Outros gastos e perdas		-784.415,06 €	-433.770,91 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento				7.124.535,31 €	6.013.875,96 €
761	64	Gastos / reversões de depreciação e amortização		-3.265.924,01 €	-3.033.100,46 €
7624/6	654/6	Imparidade de investimentos não depreciables /amortizáveis (perdas/reversões)		348.813,10 €	-348.813,10 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)				4.207.424,40 €	2.631.962,40 €
79		Juros e rendimentos similares obtidos		0,00 €	0,00 €
	69	Juros e gastos similares obtidos		-53,94 €	-2.645,35 €
Resultado antes de impostos				4.207.370,46 €	2.629.317,05 €
	812	Imposto sobre o rendimento		0,00 €	0,00 €
Resultado Líquido do Período				4.207.370,46 €	2.629.317,05 €

5. Análise Financeira

a) Situação financeira geral

Da situação financeira da Universidade do Algarve, espelhada nas suas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2021 – Balanço e Demonstração de Resultados destacam-se os seguintes aspetos:

Balanço

O ativo de 59.491.681,30€ registou um aumento de 11,02% relativamente ao ano anterior, representando uma variação positiva de 5.906.940,16€.

Esta variação é essencialmente explicada, quer pelo aumento dos ativos fixos tangíveis (+3.591.402,39€), quer pelo acréscimo das disponibilidades em caixa e depósitos bancários que registam um crescimento de 2.557.304,26€ (+80,81%).

O ativo não corrente regista um incremento de 7,21%, ou seja mais 3.469.194,67€. Este acréscimo é essencialmente proveniente do aumento dos ativos fixos tangíveis, que registam um acréscimo de 3.591.402,39€ (+7,50%), nomeadamente aqueles que se encontram em curso, como seja a empreitada do edifício UAlg TEC CAMPUS no Campus da Penha.

A redução de 122.207,72€ registada ao nível dos ativos intangíveis, que representa uma variação negativa de 54,84%, está relacionada com as depreciações e amortizações do período inerentes a estes ativos.

Os inventários apresentam um decréscimo de 9.082,72€ (-28,91%).

As dívidas de clientes, contribuintes e utentes apresentam um ligeiro decréscimo de 45.643,80€ (-2,24%).

Nas outras contas a receber verifica-se uma diminuição de 30.563,15€, que representa uma variação negativa de 30,40%.

Também os diferimentos ativos registam um decréscimo de 34.269,10€ (-28,08%).

O património líquido regista o valor de 46.663.947,66€, o que representa um aumento de 4.052.018,35€ (+9,51%).

A variação positiva nos resultados transitados no valor de 2.629.317,05€ (+41,51%), respeita ao resultado líquido de 2020.

As outras variações no património líquido registam um decréscimo de 155.352,11€ (-0,35%), que está principalmente relacionado com o reconhecimento de rendimento proveniente de subsídio ao investimento.

No passivo total verifica-se um acréscimo de 1.854.921,81€ (+16,90%).

O passivo não corrente regista um acréscimo de 14.435,77€ (+1,26%), que é explicado pelo acréscimo dos financiamentos obtidos relativos a subsídios reembolsáveis do programa POSEUR, em 212.543,73€ (+25,21%), e pela diminuição das provisões em 198.325,66€ (-69,26%).

As outras contas a pagar no passivo não corrente apresentam uma variação positiva de 217,70€ (+1,3%). Os valores aqui registados respeitam a cauções prestadas por fornecedores e outros credores.

O passivo corrente apresenta um acréscimo de 1.840.486,04€ (+18,73%).

Os fornecedores registam em 2021 uma redução de 47.813,56€ (-47,46%).

O Estado e outros entes públicos apresentam uma diminuição de 14.227,80€ (-78,78%).

Os financiamentos obtidos no passivo corrente registam o montante de 67.992,90€ que corresponde ao exigível no curto prazo, relativo ao reembolso dos subsídios do programa POSEUR.

Os fornecedores de investimento registam um aumento de 6.635,49€ (+124,59%).

As outras contas a pagar apresentam um decréscimo de 51.024,92€ (-0,68%). Estão aqui refletidas os montantes recebidos provenientes da União Europeia relativos a projetos de I&D e que são para transferir para parceiros de projetos.

Os diferimentos passivos apresentam um aumento de 1.906.758,39€ (+85%). Este acréscimo está relacionado com recebimentos provenientes de subsídios da empreitada de construção do edifício UAlg TEC CAMPUS incluída no projeto ALG-01-0246-FEDER-000001 "Pólo Tecnológico", que se encontra em curso.

Demonstração de Resultados

Numa análise dos aspetos mais relevantes da demonstração de resultados, verifica-se que o resultado líquido do exercício apurado em 2021 foi de 4.207.370,46€, o que representa um crescimento de 1.578.053,41€ (+60,02%).

Em comparação com o ano de 2020, os gastos apresentam em 2021 um aumento de 244.434,54€ (+0,43%).

Nos gastos com fornecimentos e serviços externos verifica-se um acréscimo de 982.540,16€, ou seja, mais 18,84% do que o valor registado em 2020.

Os gastos com pessoal diminuíram 248.224,11€ (-0,55%). Também os gastos com as perdas por imparidades e com as provisões de processos judiciais em curso registam decréscimos respetivos de 463.401,47€ (-46,55%) e 254.598,60€ (-98,61%).

As transferências e subsídios concedidos também registam em 2021 uma redução de 357.779,19 € (-15,89%).

Por outro lado, quer os gastos com depreciação e amortização, quer os outros gastos, apresentam acréscimos respetivos de 232.823,55€ (+7,68%) e 350.644,15€ (+80,84%).

Os rendimentos apresentam em 2021 um aumento de 1.822.487,95€ (+3,05%). As contas que fundamentalmente concorrem para o apuramento desta variação são as transferências e subsídios correntes obtidos, com um acréscimo de 997.349,03€ (+2,14%), e os impostos e taxas, com um crescimento de 409.324,81€ (+4,85%).

Também as reversões apresentam uma variação positiva de 269.199,82€ (+34,76%).

Quer as vendas e prestações de serviços quer os outros rendimentos e ganhos apresentam, respetivamente, crescimentos de 93.182,22€ (+15,73%) e 53.432,07€ (+1,59%).

De seguida, apresenta-se uma análise mais pormenorizada aos rendimentos e gastos da Universidade, centrando esta análise nas contas consideradas mais significativas e que podem proporcionar uma visão genérica da atividade desenvolvida em 2021.

b) Situação financeira específica

ATIVO

Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis

No quadro seguinte estão registados os movimentos ocorridos nas contas dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis.

Quadro 11 – Alterações nos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

	Saldo Inicial	Aumento	Transferências	Alienações e Abates	Depreciações e Amortizações do Período	Saldo Final
Ativos Intangíveis						
Programas de computador e sistemas de informação	194.109,95 €	26.692,71 €	0,00 €	3.447,96 €	143.604,01 €	73.750,69 €
Propriedade industrial e intelectual	28.735,58 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.848,46 €	26.887,12 €
Outros ativos intangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subtotal	222.845,53 €	26.692,71 €	0,00 €	3.447,96 €	145.452,47 €	100.637,81 €
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	801.212,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	801.212,05 €
Edifícios e outras construções	43.741.560,15 €	817.751,28 €	765.596,90 €	455.327,12 €	1.630.432,99 €	43.239.148,22 €
Equipamento básico	2.007.304,99 €	1.655.645,21 €	14.398,91 €	144.599,96 €	1.097.664,47 €	2.435.084,68 €
Equipamento de transporte	17.503,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4.884,66 €	12.618,72 €
Equipamento administrativo	518.215,12 €	500.578,63 €	0,00 €	157.538,45 €	303.455,47 €	557.799,83 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis	328.569,93 €	341.226,78 €	0,00 €	3.587,05 €	84.033,95 €	582.175,71 €
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	467.972,31 €	4.157.724,61 €	-779.995,81 €	0,00 €	0,00 €	3.845.701,11 €
Subtotal	47.882.337,93 €	7.472.926,51 €	0,00 €	761.052,58 €	3.120.471,54 €	51.473.740,32 €
Total	48.105.183,46 €	7.499.619,22 €	0,00 €	764.500,54 €	3.265.924,01 €	51.574.378,13 €

Em 2021, foram abatidos bens no valor de 764.500,54€. O valor dos abates registado na rubrica de edifícios e outras construções de 455.327,12€, respeitam ao desreconhecimento da empreitada de ampliação da antiga Escola Superior de Saúde, que saiu do património da UAlg, para o desempenho das atribuições e competências da Diretoria do Sul da Polícia Judiciária. A imparidade deste facto patrimonial, foi reconhecida na gerência anterior de 2020.

Os abates registados nas restantes componentes derivam da verificação do inventário de património, cujos bens que estavam totalmente amortizados foram abatidos por motivos de total obsolescência e inoperacionalidade.

É ainda de referir, o acréscimo de 726.950€ referente à inclusão do edifício onde funcionou a Diretoria do Sul da Polícia Judiciária.

O aumento verificado nos ativos fixos tangíveis é também influenciado pela empreitada que ainda está em curso, relativa à construção do edifício do UAlg Tec Campus.

Participações Financeiras

No seguinte quadro encontram-se as participações financeiras da Universidade do Algarve.

Quadro 12 – Investimentos Financeiros

	Fração do capital detido à data do relato	Quantia escriturada inicial
Participações de capital - ao custo		
Globalgarve, S A	1,37%	2.500,00 €
Ass. Centro de Incubação Empresas de Base Tec. Vasco da Gama	7,24%	5.000,00 €
AREAL - Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve	5,66%	3.740,98 €
COTHN	2,12%	1.500,00 €
Algarve STP - Parque de Ciência e Tecnologia do Algarve	20,00%	5.000,00 €
CINTAL	20,00%	4.987,90 €
Total		22.728,88 €

Clientes, contribuintes e utentes

À data de 31 de dezembro de 2021 o valor em dívida de propinas é de 3.476.717,29€.

Quadro 13 – Dívida de Propinas

Ano Lectivo	Valor total em dívida a 31/12/2021	Valor total em dívida a 31/12/2020
2007/08	18.763,09 €	25.849,57 €
2008/09	7.992,14 €	17.639,42 €
2009/10	24.676,56 €	32.658,02 €
2010/11	31.023,78 €	50.951,91 €
2011/12	21.206,41 €	38.619,41 €
2012/13	68.161,82 €	98.208,90 €
2013/14	53.251,11 €	68.815,37 €
2014/15	70.846,92 €	98.114,06 €
2015/16	109.524,23 €	144.725,46 €
2016/17	133.713,59 €	184.432,85 €
2017/18	227.043,76 €	265.664,75 €
2018/19	306.414,98 €	355.878,16 €
2019/20	495.862,72 €	857.444,78 €
2020/21	662.273,57 €	1.157.953,71 €
2021/22	1.245.962,61 €	0,00 €
Total	3.476.717,29 €	3.396.956,37 €

Os clientes apresentam um valor de 349.451,42€

Quadro 14 – Dívida de Clientes

	2020			2020		
	Antes de Imparidade	Imparidade	Após Imparidade	Antes de Imparidade	Imparidade	Após Imparidade
Cientes c/c	606.292,98 €	256.841,56 €	349.451,42 €	692.393,98 €	240.648,11 €	451.745,87 €
Utentes	3.476.717,26 €	1.833.390,52 €	1.643.326,74 €	3.396.956,34 €	1.810.280,25 €	1.586.676,09 €
Total	4.083.010,24 €	2.090.232,08 €	1.992.778,16 €	4.089.350,32 €	2.050.928,36 €	2.038.421,96 €

Outras contas a receber

No seguinte mapa encontra-se a desagregação de Outras contas a receber:

Quadro 15 – Outras Contas a Receber

Outras contas a receber	2021	Variação	2020
Devedores por acréscimos de rendimentos			
Prestações de serviços	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de investigação	48.923,25 €	48.923,25 €	0,00 €
Outros acréscimos de rendimentos - Outros	9.479,83 €	-81.336,40 €	90.816,23 €
Adiantamentos a fornecedores	0,00 €	-1.500,00 €	1.500,00 €
Adiantamentos ao pessoal	8.232,78 €	0,00 €	8.232,78 €
Outros devedores	3.350,00 €	3.350,00 €	0,00 €
Total	69.985,86 €	-30.563,15 €	100.549,01 €

Diferimentos

A seguir encontram-se desagregados os valores dos diferimentos do ativo.

Quadro 16 – Diferimentos – Ativo

Gastos a reconhecer	2021	Varição	2020
Seguros	8.836,19 €	-1.157,04 €	9.993,23 €
Outros gastos a reconhecer	78.923,93 €	-33.112,06 €	112.035,99 €
Total	87.760,12 €	-34.269,10 €	122.029,22 €

Caixa e depósitos

No seguinte mapa encontra-se a desagregação dos valores em caixa e depósitos.

Quadro 17 – Caixa e Depósitos

	2021	Varição	2020
Depósitos à ordem			
Caixa Geral de Depósitos	3.602.439,54 €	1.195.196,80 €	2.407.242,74 €
Banco Santander Totta	4.550,35 €	287,71 €	4.262,64 €
Instituto Gestão Tesouraria Crédito Público	2.102.969,97 €	1.362.207,25 €	740.762,72 €
Depósitos em instituições financeiras	5.709.959,86 €	2.557.691,76 €	3.152.268,10 €
Caixa	11.751,85 €	-387,50 €	12.139,35 €
Total	5.721.711,71 €	2.557.304,26 €	3.164.407,45 €

PATRIMÓNIO LÍQUIDO

O quadro seguinte apresenta os movimentos ocorridos nas contas do património líquido.

Quadro 18 – Alterações ao Património Líquido

Descrição		Património Líquido atribuído aos detentores de Património Líquido da entidade-mãe										Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital/ Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período		
Posição no início do período	1	1.087.159,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.222.804,03 €	-6.333.440,79 €	-10.000,00 €	0,00 €	44.016.089,47 €	2.629.317,05 €	42.611.929,31 €	42.611.929,31 €
Alterações no período		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.629.317,05 €	0,00 €	0,00 €	-155.352,11 €	-2.629.317,05 €	-155.352,11 €	-155.352,11 €
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Realização do excedente de revalorização		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.629.317,05 €	0,00 €	0,00 €	-155.352,11 €	-2.629.317,05 €	-155.352,11 €	-155.352,11 €
	2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.629.317,05 €	0,00 €	0,00 €	-155.352,11 €	-2.629.317,05 €	-155.352,11 €	-155.352,11 €
Resultado líquido do período	3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4.207.370,46 €	4.207.370,46 €	4.207.370,46 €
Resultado Integral	4=2+3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.629.317,05 €	0,00 €	0,00 €	-155.352,11 €	1.578.053,41 €	4.052.018,35 €	4.052.018,35 €
Operações com detentores de capital no período		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Realizações de capital/património		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Entradas para a cobertura de perdas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras operações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	5	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Posição no fim do período N-1	6=1+2+3+5	1.087.159,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.222.804,03 €	-3.704.123,74 €	-10.000,00 €	0,00 €	43.860.737,36 €	4.207.370,46 €	46.663.947,66 €	46.663.947,66 €

As Outras alterações reconhecidas no Património Líquido no valor de 155.352,11€, contemplam o saldo que resulta dos registos afetos às transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables no valor de 898.302,11€, deduzido das doações obtidas de 16.000€ e das transferências de ativos obtidas de 726.950€ (edifício onde funcionou a Diretoria do Sul da Polícia Judiciária).

PASSIVO NÃO CORRENTE

Provisões

As provisões existentes derivam de processos judiciais em curso.

Quadro 19 – Provisões

	Quantia escriturada inicial	Reforços	Reversões	Quantia escriturada final
Impostos, contribuições e juros de mora	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Garantias a clientes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Processos judiciais em curso	286.339,00 €	3.586,79 €	201.912,45 €	88.013,34 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias ambientais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contratos onerosos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reestruturação e reorganização	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras provisões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	286.339,00 €	3.586,79 €	201.912,45 €	88.013,34 €

As reversões verificadas respeitam a dois processos judiciais concluídos em 2021, cujos impactos foram bastante inferiores ao esperado.

Fornecedores

A seguir encontra-se discriminada a dívida a fornecedores.

Quadro 20 – Dívida a Fornecedores c/c

Fornecedores c/c - Dívidas	2021
Fagar-Faro, Gestão de Águas e Resíduos, E.M.	23.104,32 €
REXEL - Distribuição de Material Eléctrico, SA	15.728,77 €
Scansci, Lda	4.545,65 €
Konica Minolta Business Solutions PT, Unipessoal, Lda	3.797,41 €
Petrogal, SA	3.436,28 €
Ass. AlgarveSTP-Systems and Technology Partnership	2.500,00 €
Globalis - Viagens Expansão Lda	1.769,93 €
Linkbild - Tecnologia e Marketing, Lda	1.365,30 €
Outros inferiores a 1.000 euros	-3.314,10 €
Total	52.933,56 €

O valor negativo na componente de “Outros inferiores a 1.000 euros”, respeita a Notas de Crédito de fornecedores que foram emitidas por os serviços ainda não se encontrarem prestados.

Estado e outros entes públicos

A seguir encontram-se desagregados os valores registados no Estado e outros entes públicos.

Quadro 21 – Estado e Outros Entes Públicos

	2021	Variações	2020
Retenção do Imposto sobre o Rendimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o Valor Acrescentado	75.726,60 €	-14.227,80 €	89.954,40 €
Contribuições para a Segurança Social e ADSE	-108.015,68 €	0,00 €	-108.015,68 €
Caixa Geral de Aposentações	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imposto de Selo	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	-32.289,08 €	-14.227,80 €	-18.061,28 €

Desde 2011, encontra-se por receber o valor de 108.015,68€ da ADSE. Trata-se de uma duplicação de pagamentos à ADSE, estando em curso diligências com vista à sua recuperação.

Financiamentos obtidos

Nos Financiamentos obtidos encontram-se registados os subsídios reembolsáveis relativos às seguintes operações POSEUR.

Quadro 22 – Subsídios Reembolsáveis – POSEUR

Título da operação	Montante Máximo elegível	Contribuição Fundo de Coesão	Taxa de financiamento	Financiamento reembolsável	Financiamento não reembolsável	Receita recebida
Residência Universitária Albacor		69.996,66 €	95,00%	73.644,27 €	1.928,03 €	72.946,18 €
Eficiência Energética no Edifício 22 (ESGHT)		245.410,10 €	95,00%	242.009,76 €	3.400,34 €	187.648,55 €
Eficiência Energética no Edifício 27 (ISE principal)	186.211,94 €	176.901,34 €	95,00%	174.833,10 €	2.068,24 €	125.277,79 €
Eficiência Energética na Residência Ferragial (Lote 17)	72.912,28 €	69.266,77 €	95,00%	67.969,64 €	1.297,13 €	64.175,81 €
Edifício 28 (U)	394.078,01 €	374.374,11 €	95,00%	332.516,37 €	3.902,79 €	268.094,88 €
Eficiência Energética no Edifício 23 (ESEC)	213.046,09 €	202.393,78 €	95,00%	199.051,87 €	3.341,91 €	192.274,09 €
Eficiência energética no Edifício 6 (Cantina de Gambelas)	153.823,80 €	146.132,61 €	95,00%	143.783,93 €	2.348,68 €	116.086,97 €
Eficiência energética na residência (Lote E) da Universidade	76.037,37 €	72.235,50 €	95,00%	70.774,88 €	1.460,62 €	60.729,01 €
Eficiência energética na residência Ferragial (Lote 16) da Ur	72.913,17 €	69.267,51 €	95,00%	67.970,48 €	1.297,03 €	48.011,75 €
Total	1.169.022,66 €	1.425.978,38 €		1.372.554,30 €	21.044,77 €	1.135.245,03 €

Fornecedores de investimentos

No seguinte mapa está discriminada a dívida a fornecedores de investimentos.

Quadro 23 – Dívida a Fornecedores de Investimentos

Fornecedores investimentos - dívidas	2020
VWR International - Material de Laboratório,Lda.	9.335,70 €
Worten - Equipamentos para o Lar,S.A	1.439,00 €
AMAZON.CO.UK	1.014,93 €
RS Amidata, S.A. - Sociedade Unipessoal	107,95 €
Amazon EU SARL	63,77 €
Total	11.961,35 €

Outras contas a pagar

A seguir encontra-se discriminados os montantes inscritos nas outras contas a pagar.

Quadro 24 – Outras Contas a Pagar

Outras contas a pagar	2021	Variação	2020
Credores por acréscimos de gastos			
Remunerações a liquidar	6.182.203,84 €	-19.152,72 €	6.201.356,56 €
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros acréscimos de gastos	145.931,68 €	-63.333,35 €	209.265,03 €
Cauções - Exigível até 12 meses	18.144,65 €	16.919,65 €	1.225,00 €
Outros credores	1.087.075,63 €	31.461,15 €	1.055.614,48 €
Total	7.433.355,80 €	-34.105,27 €	7.467.461,07 €

É de referir que nos Outros Credores estão registados os valores em dívida a transferir para parceiros.

Diferimentos

A seguir encontram-se discriminados os valores inscritos nas contas de diferimentos.

Quadro 25 – Diferimentos – Passivo

Rendimentos a reconhecer	2021	Variação	2020
Transferências e subsídios correntes obtidos com condições	3.926.141,51 €	1.843.893,02 €	2.082.248,49 €
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Propinas de formação inicial	162.631,10 €	34.148,59 €	128.482,51 €
Propinas de formação avançada	59.793,53 €	28.691,78 €	31.101,75 €
Outros	1.511,79 €	25,00 €	1.486,79 €
Total	4.150.077,93 €	1.906.758,39 €	2.243.319,54 €

O acréscimo verificado nos diferimentos passivos, está relacionado com os recebimentos provenientes de subsídios da empreitada de construção do edifício UAlg TEC CAMPUS, incluída no projeto ALG-01-0246-FEDER-000001 "Pólo Tecnológico", que se encontra em curso.

c) Rendimentos

O seguinte quadro estabelece a comparação entre as contas dos rendimentos dos anos 2021 e 2020.

Quadro 26 – Estrutura de rendimentos

Estrutura de rendimentos	2021	Varição	2020
Impostos e Taxas	8.857.086,77 €	409.324,81 €	8.447.761,96 €
Vendas e Prestações de Serviços	685.477,19 €	93.182,22 €	592.294,97 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	47.583.230,08 €	997.349,03 €	46.585.881,05 €
Reversões	1.043.604,51 €	269.199,82 €	774.404,69 €
Outros rendimentos e ganhos	3.419.549,35 €	53.432,07 €	3.366.117,28 €
Total	61.588.947,90 €	1.822.487,95 €	59.766.459,95 €

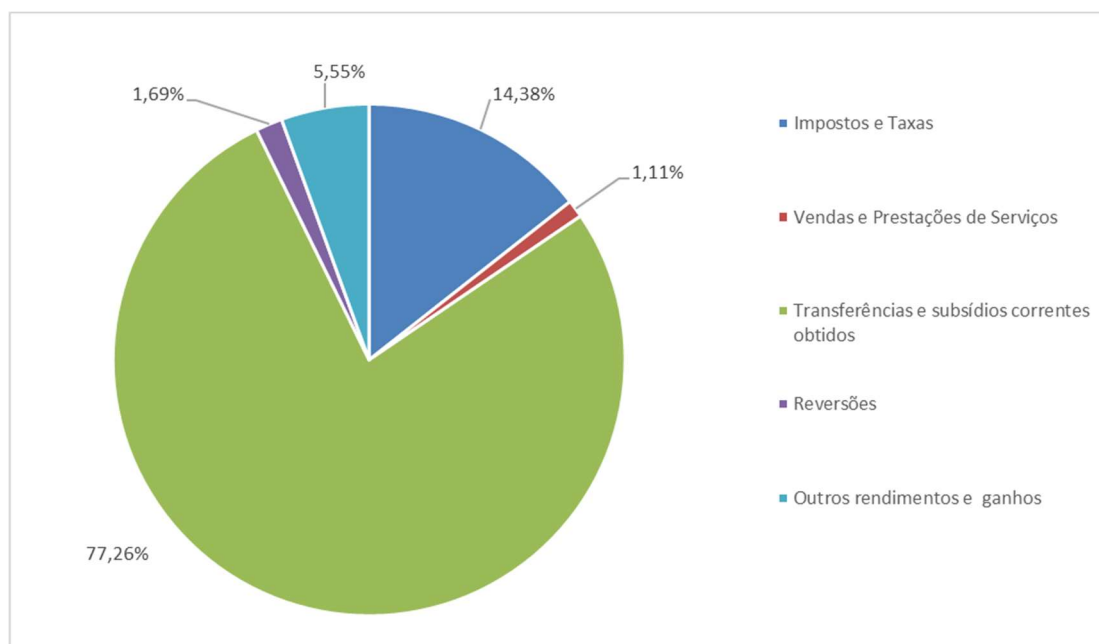
Comparativamente com 2020, assiste-se em 2021 a um aumento de 3,05% dos rendimentos totais, no valor de 1.822.487,95€. Este aumento é motivado por todas as componentes da estrutura de rendimentos, destacando-se as transferências e subsídios correntes obtidos e os impostos e taxas, que registam crescimentos respetivos de 997.349,03€ (+2,14%) e 409.324,81€ (+4,85%).

Com uma variação positiva está também as reversões, com um acréscimo de 269.199,82€ (+34,76%).

Os crescimentos verificados nas vendas e prestações de serviços e nos outros rendimentos e ganhos foram de, respetivamente, 93.182,22€ (+15,73%) e 53.432,07€ (+1,59%).

No gráfico 4 apresenta-se a estrutura de rendimentos do ano de 2021.

Gráfico 2 – Estrutura de Rendimentos – 2021



O valor mais significativo, com 77,26%, refere-se a transferências e subsídios correntes obtidos, onde se incluem as transferências provenientes do Orçamento do Estado e as transferências no âmbito da Investigação, nomeadamente transferências provenientes da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Segue-se, com 14,38%, os rendimentos com impostos e taxas, onde se registam as receitas de propinas de formação inicial, de pós-graduações, mestrados não integrados, doutoramentos, taxas, emolumentos.

Com 5,55% estão os outros rendimentos e ganhos. As reversões e as vendas e prestações de serviços representam, respetivamente, 1,69% e 1,11% da estrutura total de rendimentos.

Vendas

Pelo quadro seguinte verificamos que a maior componente das vendas corresponde a fotocópias, impressos e publicações, que representa 78,18% do total destes rendimentos.

Comparando os valores totais das vendas de 2021 com os de 2020, assistiu-se a um decréscimo de 11,04%, assumindo esta diminuição o valor de 1.208,82€.

Quadro 27 – Vendas

Vendas	2021	Varição	2020
Fotocópias, Impressos e Publicações	7.612,56 €	-336,51 €	7.949,07 €
Livros e documentação técnica	1.053,15 €	-921,63 €	1.974,78 €
Fardamentos e artigos pessoais	0,00 €	-121,96 €	121,96 €
Outros Produtos	1.071,00 €	171,28 €	899,72 €
Total	9.736,71 €	-1.208,82 €	10.945,53 €

Verifica-se que os rendimentos provenientes da venda de livros e documentação técnica registam em 2021 um decréscimo de 46,67%, ou seja, uma variação negativa de 921,63€.

Prestações de Serviços

Quando comparado com o ano anterior, em 2021 verifica-se um aumento de 16,24% nas prestações de serviço, o que representa uma variação positiva de 94.391,04€.

Destacam-se os aumentos de rendimentos com outros serviços, ações de formação e atos clínicos e avaliação que, respetivamente, registam acréscimos de 94.373,30€ (+174,87%), 44.371,20€ (+83,71%) e 25.794,68€ (+34,07%). Nos outros serviços encontram-se essencialmente registados rendimentos de prestações de serviço associadas a projetos de I&D.

Também as inscrição em seminários, congressos e workshops e a realização de trabalhos gráficos registam subidas, assumindo respetivamente, as variações positivas de 3.461,06€ (+19,37%) e 449,33€ (+27,61%).

Ao contrário, com variações negativas, encontram-se os estudos, pareceres, projetos e consultadoria, os serviços de docência, os serviços laboratoriais e as vistorias e ensaios, que registam as diminuições respetivas de 34.650,31€ (-12,04%), 19.284,21€ (-94,16%), 15.114,52€ (-24,97%) e 4.680,69€ (-55,88%).

Também os serviços educativos e culturais e a autenticação de fotocópias apresentam diminuições respetivas de 163,80€ (-12,62%) e 165€ (-28,28%).

Quadro 28 – Prestações de Serviços

Prestações de Serviço	2021	Variação	2020
Ações de Formação	97.375,20 €	44.371,20 €	53.004,00 €
Inscrição em seminários, congressos e workshops	21.326,06 €	3.461,06 €	17.865,00 €
Realização de Trabalhos Gráficos	2.076,47 €	449,33 €	1.627,14 €
Atos clínicos e avaliação	101.509,68 €	25.794,68 €	75.715,00 €
Serviços de docência	1.196,43 €	-19.284,21 €	20.480,64 €
Serviços de investigação	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Serviços educativos e culturais	1.133,90 €	-163,80 €	1.297,70 €
Autenticação de fotocópias	418,50 €	-165,00 €	583,50 €
Serviços laboratoriais	45.421,17 €	-15.114,52 €	60.535,69 €
Outros serviços	148.339,55 €	94.373,30 €	53.966,25 €
Vistorias e ensaios	3.695,36 €	-4.680,69 €	8.376,05 €
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	253.248,16 €	-34.650,31 €	287.898,47 €
Total	675.740,48 €	94.391,04 €	581.349,44 €

Impostos e Taxas

A seguir, apresenta-se uma análise detalhada dos impostos e taxas, onde se incluem as propinas de formação inicial.

Quadro 29 – Impostos e Taxas

Impostos e taxas	2021	Varição	2020
Propinas formação inicial	3.394.633,30 €	-555.838,35 €	3.950.471,65 €
Propinas de pós-graduações	95.899,26 €	16.868,53 €	79.030,73 €
Propinas de mestrados	1.510.931,55 €	237.289,78 €	1.273.641,77 €
Propinas de doutoramentos	222.027,27 €	66.052,08 €	155.975,19 €
Propinas internacionais	1.966.065,28 €	420.319,23 €	1.545.746,05 €
Propinas - Outras	357.643,70 €	94.797,57 €	262.846,13 €
Propinas de mestrados integrados	165.802,91 €	12.424,70 €	153.378,21 €
Taxas de matrícula	536.943,51 €	110.271,41 €	426.672,10 €
Taxas de exames	4.505,00 €	-10.570,00 €	15.075,00 €
Taxas de melhorias de nota	12.440,00 €	3.027,18 €	9.412,82 €
Seguro escolar	98.263,45 €	10.087,17 €	88.176,28 €
Outras taxas	439.556,28 €	12.031,83 €	427.524,45 €
Multas	52.375,26 €	-7.436,32 €	59.811,58 €
Total	8.857.086,77 €	409.324,81 €	8.447.761,96 €

O valor dos rendimentos com impostos e taxas registados em 2021 apresenta um acréscimo de 4,85%, face ao valor registado no ano anterior (+409.324,81€). No ano letivo 2021/22 foi dado início ao processo de emissão de faturas para cobrança de rendimentos provenientes de propinas. Este processo permitiu aperfeiçoar a distribuição destes rendimentos por ciclo de estudos, fazendo com que algumas das variações identificadas não sejam comparáveis com 2020, nomeadamente no que respeita às propinas de formação inicial e às propinas de estudantes internacionais, que apresentam variações de sinal contrário ao da evolução do respetivo número de estudantes. Em termos globais, o acréscimo de rendimentos reflete o aumento verificado no número de estudantes.

Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

Quadro 30 – Transferências e Subsídios Correntes

	2021	Variação	2020
Administração Central			
Estado	38.479.884,00 €	1.602.498,00 €	36.877.386,00 €
Outras Entidades	3.654.994,58 €	-25.080,67 €	3.680.075,25 €
Segurança Social	103.420,57 €	95.169,99 €	8.250,58 €
Administração local	194.025,68 €	183.098,93 €	10.926,75 €
Setor privado			
Empresas financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Entidades de setor não lucrativo	94.963,42 €	-78.084,49 €	173.047,91 €
Resto do mundo			
União Europeia - Instituições	3.876.787,71 €	-599.646,08 €	4.476.433,79 €
União Europeia - Países membros	1.105.249,69 €	-238.309,57 €	1.343.559,26 €
Países terceiros e organizações internacionais	73.904,43 €	57.702,92 €	16.201,51 €
Total	47.583.230,08 €	997.349,03 €	46.585.881,05 €

As transferências provenientes da Administração Central representam 88,55% do total das transferências e subsídios correntes obtidos.

A Administração Central corresponde ao plafond atribuído pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e outros subsídios à exploração provenientes do Orçamento do Estado à Universidade de Algarve com a finalidade de financiar as suas despesas correntes, assim como as transferências, no âmbito dos projetos I&D, relativas à participação portuguesa e comunitária nesses projetos cofinanciados.

Em 2021 verifica-se um acréscimo nas transferências provenientes da Administração Central de 1.577.417,33€, o que representa um crescimento de 3,89%.

O Estado transferiu mais 1.602.498€ (+4,35%) do que em 2020. Já as outras entidades, assim como a FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, transferiram menos 25.080,67€ (-0,68%) do que em 2020.

Também as transferências e subsídios provenientes da Administração Local registam em 2021 um acréscimo de 183.098,93€ (+1.675%). Este acentuado crescimento é proveniente do contrato-programa firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), através da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), com a Associação para o Desenvolvimento do Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve (AD-ABC), com a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL) e com

todos os 16 municípios da região algarvia, tendo o mesmo como finalidade: “Alargar e modernizar o ensino da medicina e a investigação clínica e biomédica na Universidade do Algarve”.

Todos os outros subsídios à exploração não provenientes da Administração Central e da Administração Local referem-se, fundamentalmente, a transferência para projetos de investigação e Unidades I&D celebrados em parceria com outras entidades, normalmente de duração plurianual.

As principais entidades financiadoras destes projetos são:

- Fundação para a Ciência e Tecnologia, através de programas nos domínios científicos (PTDC), programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D comparticipação nacional;
- Comissão Europeia: financia projetos de investigação específicos, normalmente desenvolvidos por várias entidades parceiras, como o programa Erasmus e Erasmus Mundus.

Em tendência contrária estão as transferências provenientes da União Europeia que registam um decréscimo de 837.955,65€ (-14,40%).

Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

As reversões de dívidas a receber registam em 2021 um decréscimo de 281.525,73€ (-36,35%).

Quadro 31 – Imparidades de Ativos

Reversões	2021	Varição	2020
Contas a receber de clientes	3.148,44 €	-1.362,14 €	4.510,58 €
Contas a receber de alunos	489.730,52 €	-280.163,59 €	769.894,11 €
Total	492.878,96 €	-281.525,73 €	774.404,69 €

Quer as reversões de contas a receber de clientes, quer as provenientes de contas a receber de alunos, ambas registam diminuições respetivas de 1.362,14€ (-30,20%) e 280.163,59€ (-36,39%).

Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos registam em 2021 um acréscimo de 53.432,07€ (+1,59%).

Quadro 32 – Outros rendimentos e ganhos

	2021	Variação	2020
Rendimentos suplementares			
Aluguer de equipamento	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aluguer de salas	58.614,98 €	-17.095,85 €	75.710,83 €
Aluguer de instalações desportivas	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aluguer do bar	13.069,96 €	970,36 €	12.099,60 €
Aluguer de autocarro	0,00 €	-70,50 €	70,50 €
Outros alugueres	41.378,46 €	32.142,71 €	9.235,75 €
Estudos, projetos e assistência tecnológica	6.050,00 €	-14.250,00 €	20.300,00 €
Outros rendimentos suplementares			
Compensação por cedência de pessoas ou instalações	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Compensação de água e luz	77.882,81 €	-3.391,08 €	81.273,89 €
Compensação de telefone	0,00 €	-191,03 €	191,03 €
Compensação CTT	383,21 €	52,98 €	330,23 €
Patrocínios	21.621,95 €	16.696,33 €	4.925,62 €
Donativos	609.081,00 €	6.709,48 €	602.371,52 €
Artigos publicitários	0,00 €	-60,97 €	60,97 €
Outros rendimentos suplementares monetários	20.285,09 €	-74.895,51 €	95.180,60 €
Donativos não monetários	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ganhos em inventários	0,00 €	-4.221,71 €	4.221,71 €
Rendimentos e ganhos controladas, associadas e empreendimentos conjuntos			
Outros rendimentos	0,00 €	-196.720,21 €	196.720,21 €
Rendimentos em investimentos não financeiros			
Outros rendimentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Juros, dividendos e outros rendimentos similares			
Juros obtidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Diferenças de câmbio favoráveis na atividade de financiamento	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros			
Correções relativas a períodos anteriores	1.614,25 €	6.258,70 €	-4.644,45 €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	2.539.641,65 €	280.530,81 €	2.259.110,84 €
Outros não especificados	29.925,99 €	20.967,56 €	8.958,43 €
	3.419.549,35 €	53.432,07 €	3.366.117,28 €

A componente com maior peso nesta tipologia de rendimento é a Imputação de subsídios e transferências para investimentos, que representa 74,27% do total dos outros rendimentos e ganhos.

A “Imputação de subsídios e transferências para investimentos” refere-se a subsídios ao investimento que a UAlg recebeu mas que o reconhecimento do respetivo rendimento ocorre num horizonte temporal de médio / longo prazo, numa base sistemática, em paralelo com o registo das amortizações/depreciações do ativo fixo a que respeitam.

d) Gastos

Relativamente aos gastos e analisando-os na sua totalidade, comparativamente com 2020, em 2021 verifica-se um acréscimo de 0,43%, o que se traduz num aumento de 244.434,54€.

O aumento mais expressivo verifica-se nos fornecimentos e serviços externos com um crescimento de 982.540,16€ (+18,84%).

Também os outros gastos, os gastos de depreciação e de amortização e os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas registam, respetivamente, variações positivas de 350.644,15 € (+80,84%), 232.823,55 € (+7,68%) e 5.021,46 € (75,97%).

Com tendência contrária, temos as perdas por imparidades, as transferências e subsídios concedidos, as provisões de processos judiciais em curso e os gastos com pessoal que, respetivamente, registam decréscimos de 463.401,47€ (-46,55%), de 357.779,19€ (-15,89%), de 254.598,60€ (-98,61%) e de 248.224,11 € (-0,55%).

Também os gastos por juros e outros encargos registam uma diminuição de 2.591,41€ (-97,96%).

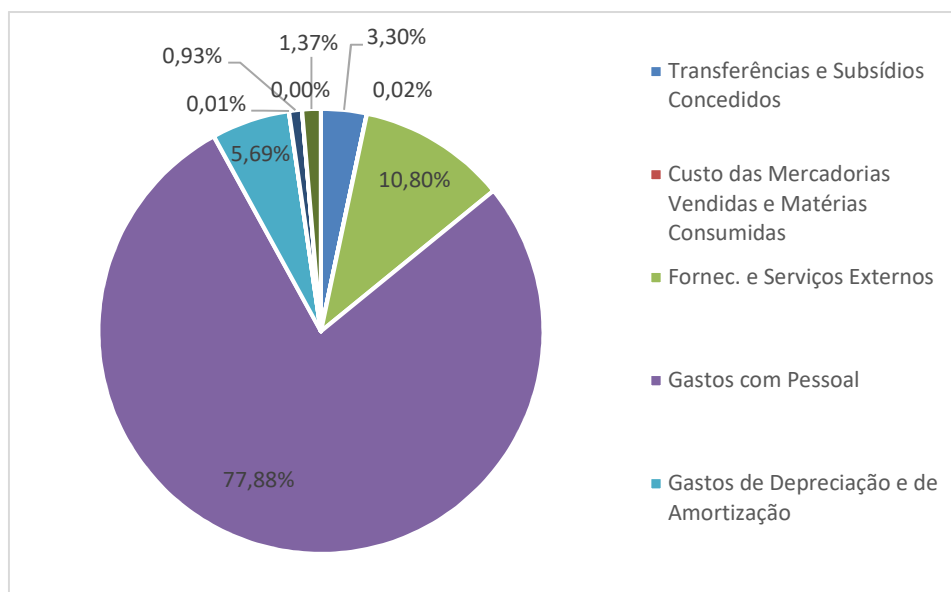
Quadro 33 – Estrutura de Gastos

Estrutura de Gastos	2021	Peso	Varição	2020	Peso
Transferências e Subsídios Concedidos	1.893.598,37 €	3,30%	-357.779,19 €	2.251.377,56 €	3,94%
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	11.631,05 €	0,02%	5.021,46 €	6.609,59 €	0,01%
Fornec. e Serviços Externos	6.198.836,90 €	10,80%	982.540,16 €	5.216.296,74 €	9,13%
Gastos com Pessoal	44.691.348,64 €	77,88%	-248.224,11 €	44.939.572,75 €	78,65%
Gastos de Depreciação e de Amortização	3.265.924,01 €	5,69%	232.823,55 €	3.033.100,46 €	5,31%
Provisões de Processos judiciais em curso	3.586,79 €	0,01%	-254.598,60 €	258.185,39 €	0,45%
Perdas por imparidades	532.182,68 €	0,93%	-463.401,47 €	995.584,15 €	1,74%
Gastos Por Juros e Outros Encargos	53,94 €	0,00%	-2.591,41 €	2.645,35 €	0,00%
Outros Gastos	784.415,06 €	1,37%	350.644,15 €	433.770,91 €	0,76%
Total	57.381.577,44 €		244.434,54 €	57.137.142,90 €	

Segundo o gráfico abaixo, pode-se observar que do total de gastos destacam-se os gastos com o pessoal, com uns significativos 77,88%, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos, onde se incluem as aquisições de materiais necessários ao funcionamento corrente da Universidade, com 10,80%.

Os gastos de depreciação e de amortização representam 5,69% e as transferências correntes concedidas, onde se incluem as bolsas no âmbito de mobilidade de estudantes e investigação atribuídas, representam 3,30% do total dos gastos da Universidade do Algarve.

Gráfico 3 – Estrutura de Gastos – 2021



Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi calculado da seguinte forma:

Quadro 34 – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Código das Contas	Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
33	Existências iniciais	31.421,16 €
31	Compras	2.548,33 €
38	Regularização de existências	0,00 €
33	Existências finais	22.338,44 €
Custos no exercício		11.631,05 €

Fornecimentos e Serviços Externos

Numa análise particular aos fornecimentos e serviços externos destacam-se os designados encargos comuns da instituição, como sejam os custos com a eletricidade, água, combustíveis, comunicações, limpeza, vigilância das instalações, seguros e conservação e reparação.

Como se pode verificar no quadro seguinte, esta tipologia de gastos regista em 2021 um acréscimo de 204.689,02€ (+8,98%).

Apenas as componentes de eletricidade e limpeza, higiene e conforto apresentam diminuições, cujas variações negativas foram, respetivamente, de 41.928,24€ (-5,24%) e 18.022,44€ (-4,37%).

Todas as restantes componentes cresceram, destacando-se os fornecimentos e serviços externos com gastos de conservação e reparação que apresentam um aumento de 150.497,04€ (+56,47%).

Também com aumentos, estão os gastos com comunicação e com a vigilância e segurança que, respetivamente, registam crescimentos de 74.383,98€ (+54,18%) e 26.272,93€ (+6,70%).

O aumento verificado nos gastos com comunicação está associado à contratação de novas bases de dados de conteúdos pedagógicos e científicos, que estão disponíveis para consulta na Biblioteca da UAlg.

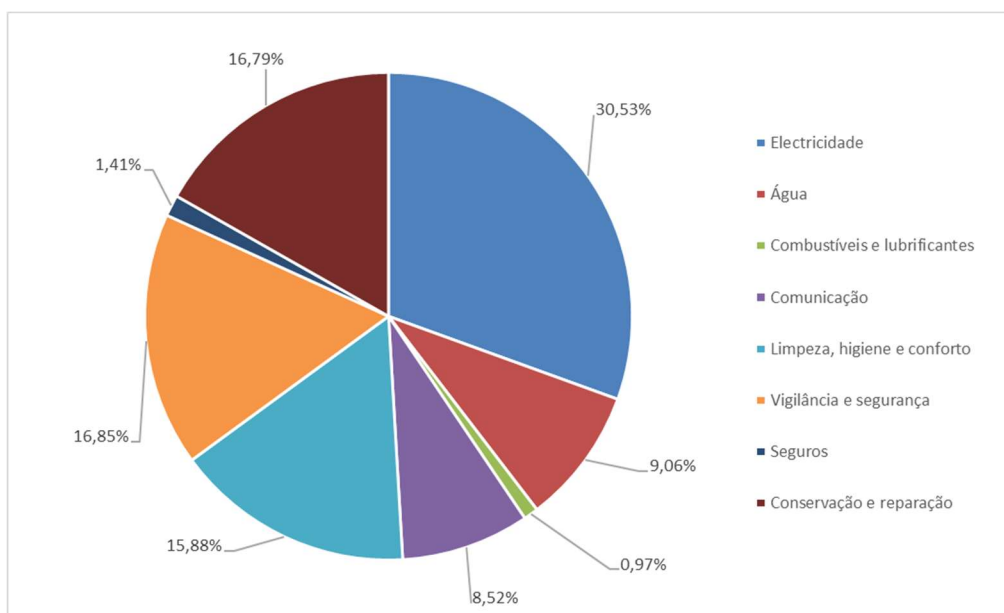
Igualmente, os gastos com a água, com os combustíveis e lubrificantes, e com seguros registam aumentos respetivos de 9.048,95€ (+4,19%), 3.682,84 (+18,11%)€ e 753,96€ (+2,20%).

Quadro 35 – Fornecimentos e Serviços Externos

	2021	Varição	2020
Electricidade	758.301,46 €	-41.928,24 €	800.229,70 €
Água	224.933,10 €	9.048,95 €	215.884,15 €
Combustíveis e lubrificantes	24.023,62 €	3.682,84 €	20.340,78 €
Comunicação	211.662,93 €	74.383,98 €	137.278,95 €
Limpeza, higiene e conforto	394.514,89 €	-18.022,44 €	412.537,33 €
Vigilância e segurança	418.579,65 €	26.272,93 €	392.306,72 €
Seguros	34.979,96 €	753,96 €	34.226,00 €
Conservação e reparação	417.021,83 €	150.497,04 €	266.524,79 €
Total	2.484.017,44 €	204.689,02 €	2.279.328,42 €

O seguinte gráfico indica-nos a distribuição dos gastos com fornecimentos e serviços externos, verificando-se que os de maior peso são a eletricidade com 30,53%, a vigilância das instalações com 16,85%, a conservação e reparação com 16,79%, a limpeza com 15,88%, o consumo de água com 9,06% e as comunicações com 8,52%.

Gráfico 4 – Fornecimentos e Serviços Externos – 2021



O seguinte quadro mostra-nos outras contas de fornecimentos e serviços externos, cuja relevância é igualmente significativa.

Quadro 36 – Outros Fornecimentos e Serviços Externos

Outros fornecimentos e serviços externos	2021	Variação	2020
Honorários	414.641,65 €	166.134,53 €	248.507,12 €
Material de escritório	38.883,45 €	1.533,77 €	37.349,68 €
Despesas de representação dos serviços	24.415,95 €	1.794,29 €	22.621,66 €
Deslocações e estadas	127.536,64 €	22.208,11 €	105.328,53 €
Publicidade	77.090,72 €	18.012,22 €	59.078,50 €
Trabalhos especializados	1.509.106,07 €	349.720,89 €	1.159.385,18 €
Produtos químicos e de laboratórios	292.293,25 €	76.517,83 €	215.775,42 €
Outros fornecimentos e serviços externos	1.230.851,73 €	141.929,50 €	1.088.922,23 €
Total	3.714.819,46 €	777.851,14 €	2.936.968,32 €

Estes outros fornecimentos e serviços externos também registam uma variação positiva de 777.851,14€ (+26,48%). É de referir que esta estrutura de gastos sofreu em 2020 uma redução de 920.113,22€ (-23,86%), quando comparada com o ano de 2019. Considera-se que a redução registada em 2020 está fortemente relacionada com a conjuntura pandémica COVID19, que afetou a maior parte desse ano.

Este acréscimo registado em 2021, e não obstante a prevalência da pandemia COVID19, indica de certa forma, um retorno a níveis anteriormente verificados.

Deste modo, todas as componentes que integram esta tipologia de gastos registam variações positivas, destacando-se os trabalhos especializados que apresentam um crescimento de 349.720,89€ (+30,16%).

Os honorários, os outros fornecimentos e serviços externos, os produtos químicos e de laboratórios, as deslocações e estadas e os gastos com publicidade registam acréscimos respetivos de 166.134,53€ (+66,85%), 141.929,50€ (+13,03%), 76.517,83€ (+35,46%), 22.208,11€ (+21,08%) e 18.012,22€ (+30,49%).

Embora menos expressivos, mas também o material de escritório e as despesas de representação dos serviços registam aumentos de, respetivamente, 1.533,77€ (+4,11%) e 1.794,29€ (+7,93%).

Gastos com o Pessoal

Fazendo uma análise detalhada aos gastos com o pessoal temos a comparação entre os anos de 2021 e 2020 no quadro abaixo.

Quadro 37 – Gastos com o Pessoal

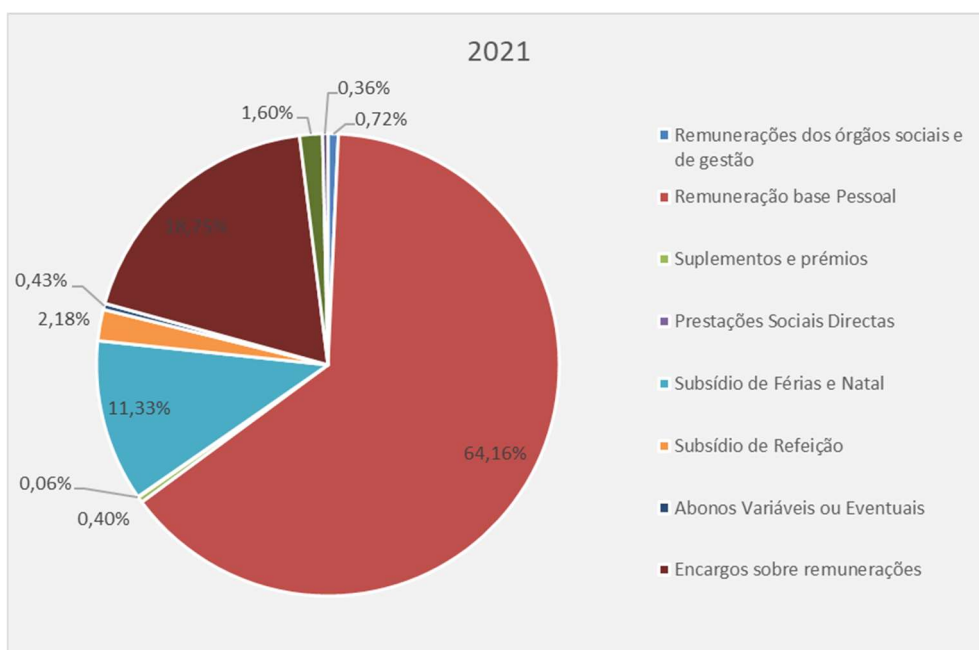
Gastos com pessoal	2021	Variação	2020
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	323.798,88 €	1.313,39 €	322.485,49 €
Remuneração base Pessoal	28.673.300,15 €	-279.236,04 €	28.952.536,19 €
Suplementos e prémios	179.731,46 €	17.974,96 €	161.756,50 €
Prestações Sociais Directas	24.749,59	6.746,38 €	18.003,21 €
Subsídio de Férias e Natal	5.063.384,86 €	-15.968,54 €	5.079.353,40 €
Subsídio de Refeição	975.841,83 €	8.996,22 €	966.845,61 €
Abonos Variáveis ou Eventuais	192.449,91 €	26.433,20 €	166.016,71 €
Encargos sobre remunerações	8.380.797,96 €	-22.484,75 €	8.403.282,71 €
Remunerações por Doença	714.197,75 €	67.468,61 €	646.729,14 €
Outros Custos com o Pessoal	163.096,25 €	-59.467,54 €	222.563,79 €
Total	44.691.348,64 €	-248.224,11 €	44.939.572,75 €

Quando comparados com o ano transato, em 2021 os gastos com o pessoal registam um decréscimo de 0,55%, o que representa uma variação negativa de 248.224,11€.

Este decréscimo é essencialmente explicado pela aposentação de colaboradores durante os anos de 2020 e 2021.

Observando o gráfico dos gastos com o pessoal, a esmagadora maioria (64,16%) diz respeito a remunerações base do pessoal, seguidos dos encargos sobre as remunerações com 18,75% do total dos gastos com pessoal. As contas de subsídio de férias e natal e subsídios de refeição representaram, respetivamente, 11,33% e 2,18% do montante global dos gastos com pessoal.

Gráfico 5 – Gastos com Pessoal – 2021



Transferências e subsídios concedidos

A grande maioria destes gastos respeitam ao pagamento de bolsas, cujo peso na estrutura global desta tipologia representa 90,97% (1.722.521,86€).

Quadro 38 – Transferências e Subsídios Concedidos 2021 e 2020

Transferências e subsídios concedidos	2021	Varição	2020
Transferências correntes concedidas Estado	1.000,00 €	-28.893,00 €	29.893,00 €
Transferências correntes concedidas - Outras Entidades Públicas	55.227,16 €	55.227,16 €	0,00 €
Transferências correntes concedidas - Entidades Setor não Lucrativo	77.482,86 €	-6.067,31 €	83.550,17 €
Transferências correntes concedidas - Famílias	1.722.521,86 €	-334.305,53 €	2.056.827,39 €
Transferências correntes concedidas - Resto do Mundo	37.366,49 €	-43.740,51 €	81.107,00 €
Total	1.893.598,37 €	-357.779,19 €	2.251.377,56 €

Em 2021 as transferências e subsídios concedidos registam um decréscimo de 357.779,19€ (-15,89%), essencialmente justificado pela diminuição registada no pagamento de bolsas de estudo e de investigação, cujo resultado é influenciado pela pandemia Covid19.

Provisões

Todos os valores inscritos em provisões decorrem de processos judiciais em curso:

Quadro 39 – Provisões

	Quantia escriturada inicial	Reforços	Reversões	Quantia escriturada final
Impostos, contribuições e juros de mora	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Garantias a clientes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Processos judiciais em curso	286.339,00 €	3.586,79 €	201.912,45 €	88.013,34 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias ambientais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contratos onerosos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reestruturação e reorganização	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras provisões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	286.339,00 €	3.586,79 €	201.912,45 €	88.013,34 €

Outros gastos e perdas

Em 2021 os outros gastos e perdas apresentam um aumento de 350.644,15€ (+80,84%).

Quadro 40 – Outros Gastos e Perdas

Outros gastos	2021	Variação	2020
Impostos diretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Impostos indiretos	0,00 €	-9.000,00 €	9.000,00 €
Taxas	239.164,44 €	99.932,55 €	139.231,89 €
Abates	348.813,10 €	347.064,00 €	1.749,10 €
Correções relativas a períodos anteriores	122.543,40 €	-96.327,17 €	218.870,57 €
Quotizações	46.365,02 €	1.117,58 €	45.247,44 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros não especificados	27.529,10 €	7.857,19 €	19.671,91 €
Total	784.415,06 €	350.644,15 €	433.770,91 €

A componente que maior peso representa nesta estrutura de gastos é “abates”, com uma variação positiva em 2021 de 347.064,00€. Neste caso, os abates são o desconhecimento do valor da empreitada de ampliação da antiga Escola Superior de Saúde, que saiu do património da UAlg, para o desempenho das atribuições e competências da Diretoria do Sul da Polícia Judiciária.

É de realçar que o acréscimo verificado na componente de taxas no valor de 99.932,55€ (+71,77%), respeita a pagamentos efetuados à A3ES - Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, relativos a pedidos de acreditação de cursos.

Gastos com Depreciação e Amortizações

No que concerne aos gastos de depreciação e de amortização constantes do quadro seguinte, verificamos que houve um acréscimo de 7,68%, ou seja, uma variação positiva de 232.823,55€.

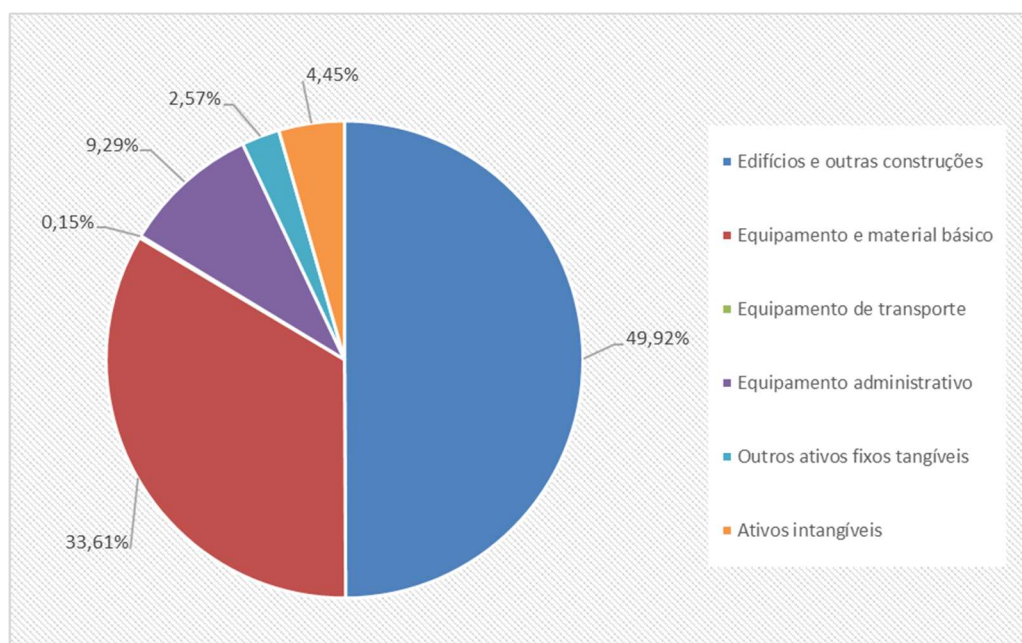
Quadro 41 – Gastos com Depreciações e Amortizações

Depreciações e Amortizações do exercício	2021	Variação	2020
Edifícios e outras construções	1.630.432,99 €	-20.958,42 €	1.651.391,41 €
Equipamento e material básico	1.097.664,47 €	114.123,77 €	983.540,70 €
Equipamento de transporte	4.884,66 €	0,00 €	4.884,66 €
Equipamento administrativo	303.455,47 €	120.768,21 €	182.687,26 €
Outros ativos fixos tangíveis	84.033,95 €	24.866,22 €	59.167,73 €
Ativos intangíveis	145.452,47 €	-5.976,23 €	151.428,70 €
Total	3.265.924,01 €	232.823,55 €	3.033.100,46 €

As componentes que maior contributo prestam para este aumento são o equipamento administrativo e o equipamento e material básico que, respetivamente, registam acréscimos de 120.768,21€ (+66,11%) e 114.123,77€ (+11,60%).

Analisando o gráfico abaixo sobre os gastos de depreciação e de amortização, o maior peso são as relativas a edifícios e outras construções, com 49,92% do total, logo seguidas pelas amortizações relativas a equipamento e material básico, com 33,61%. As amortizações do equipamento administrativo representam 9,29%.

Gráfico 6 – Gastos de Depreciação e de Amortização – 2021



Juros e Gastos Similares Suportados

Em 2021, esta componente apresenta um decréscimo de 2.591,41€ (-97,96%). Estes encargos respeitam a juros pagos pela mora no pagamento de faturas a fornecedores.

e) Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido de 2021 ascendeu a 4.207.370,46 €, o qual deverá ser transferido para resultados transitados no período subsequente.

6. Organização Interna

Em 2021, a Universidade do Algarve preparou pela terceira vez a prestação de contas nos moldes definidos pelo SNC-AP, Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro.

6.1 – Caracterização da Entidade

6.1.1 - Identificação

A Universidade é uma pessoa coletiva de direito público dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar.

A Universidade do Algarve tem a sua sede na cidade de Faro e dispõe de um Pólo em Portimão. Encontra-se sob a tutela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e tem a classificação orgânica 12.1.03.04.00. O seu número de identificação de pessoa coletiva é o 505 387 271.

A Universidade pode realizar ações com outras entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais.

6.1.2 - Legislação

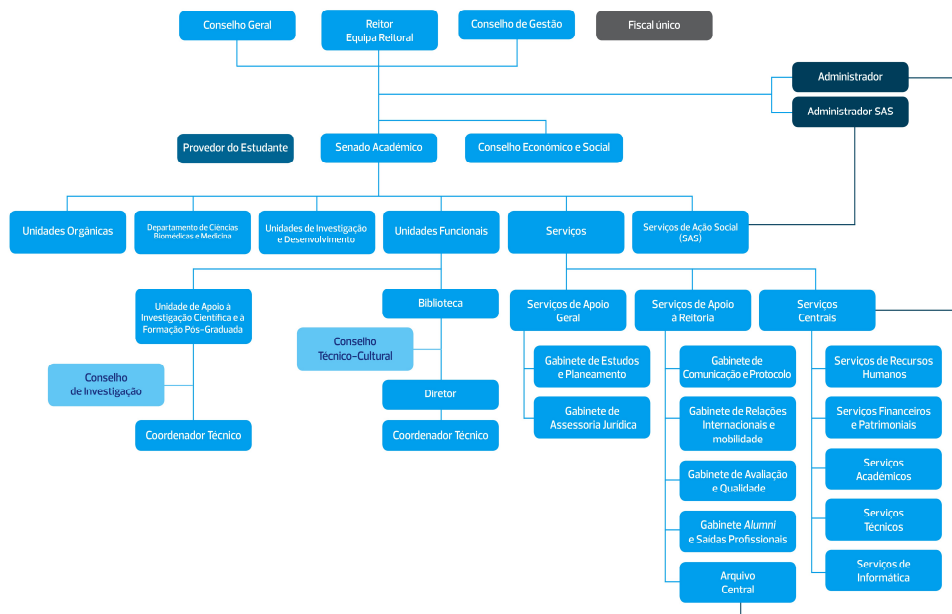
A Universidade do Algarve, foi criada pela Lei n.º 11/79, de 28 de março, tendo os seus Estatutos sido homologados pelo Despacho Normativo n.º 198/91, de 24 de agosto, publicados no DR n.º 211 – I Série B, de 13-09-1991, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 13002/2000 (2ª Série), publicado em DR n.º 145 – II Série, de 26-06-2000, Despacho Normativo n.º 2/2001, de 11 de dezembro, publicado no DR n.º 10 – I Série B, de 12-01-2001 (1ª alteração) e Despacho Normativo n.º 15/2002, de 20 de fevereiro, publicado no DR n.º 65 – I Série B, de 18-03-2003 (integra a Escola Superior de Enfermagem de Faro na Universidade do Algarve, convertida em Escola Superior de Saúde de Faro, nos termos da Portaria n.º 476/2003 publicada no DR n.º 134 – I Série B, de 11 de junho de 2003).

A 10 de setembro de 2007 foi publicada a Lei n.º 62/2007, diploma que instituiu o novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES). Essa lei implicou uma mudança significativa na organização da Universidade, que se traduziu na publicação de novos estatutos, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 172.º.

Os atuais Estatutos da Universidade do Algarve foram homologados pelo Despacho Normativo n.º 28/2021, publicado no DR – 2ª série n.º 249 de 27 de dezembro de 2021.

6.1.3 - Estrutura Organizacional

A Universidade do Algarve apresenta a seguinte estrutura organizacional:



Conforme o seu organograma e de acordo com o artigo 16.º dos Estatutos da Universidade tem como órgão independente o Provedor do Estudante cuja função é a defesa e a promoção dos direitos e interesses legítimos dos estudantes.

O Provedor do Estudante é designado pelo Conselho Geral, de entre individualidades que não pertençam à Instituição.

De acordo com o artigo 19.º dos seus Estatutos, são órgãos da Universidade:

- a) O Conselho Geral;
- b) O Reitor;
- c) O Conselho de Gestão;
- d) O Senado Académico.

Ainda de acordo com este mesmo artigo 19.º, “a Universidade dispõe ainda de um órgão consultivo denominado Conselho Económico e Social”.

O Conselho Económico e Social é um órgão de consulta da Universidade, visando a promoção das relações entre esta e a sua envolvente regional, no âmbito social e económico.

A Universidade dispõe de um Fiscal Único, de acordo com o artigo 67.º dos seus Estatutos. Em 01 de outubro de 2015 foi celebrado contrato de prestação de serviços no âmbito das funções de Fiscal Único com a BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Lda.

A Universidade estrutura-se em unidades orgânicas, unidades de investigação e de desenvolvimento, serviços e unidades funcionais. As unidades orgânicas são unidades de ensino e de investigação e são designadas por Faculdade, no caso do ensino universitário, e por Escola Superior ou Instituto Superior, no caso do ensino politécnico (artigo 9.º dos Estatutos).

Na Universidade do Algarve existem as seguintes unidades orgânicas (artigo 10.º dos Estatutos):

- a) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais;
- b) Faculdade de Ciências e Tecnologia;
- c) Faculdade de Economia;
- d) Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas;
- e) Escola Superior de Educação e Comunicação;
- f) Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo;
- g) Escola Superior de Saúde;
- h) Instituto Superior de Engenharia

As unidades orgânicas gozam de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural e administrativa (artigo 10.º dos Estatutos) e dispõem dos seguintes órgãos (artigo 45.º dos Estatutos):

- a) O Diretor;
- b) O Conselho Científico, nas Faculdades;
- c) O Conselho Técnico-Científico, nas Escolas e Instituto;
- d) O Conselho Pedagógico.

Com vista ao acolhimento do Curso de Medicina e ao desenvolvimento dos 1.º e 2.º ciclos de Ciências Biomédicas, foi criado pelo Despacho Reitoral n.º 38/08 de 14.08.2008, o Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina, que funcionou na dependência direta da Reitoria. Em reunião de 11 de setembro de 2019 do Conselho Geral da Universidade do Algarve foi aprovada a criação da Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas da Universidade do Algarve, cujos estatutos foram publicados em Diário da República de 11 de novembro de 2020 pelo Aviso n.º 18272/2020.

A Universidade dispõe ainda de Serviços de Ação Social (artigo 12.º dos Estatutos). Os Serviços de Ação Social são uma Unidade Orgânica dotada de autonomia administrativa e financeira, encontrando-se sujeitos à fiscalização do fiscal único e as suas contas são consolidadas com as da Universidade (artigo 58.º dos Estatutos). A estrutura destes serviços, funcionamento e competências são reguladas pelo Decreto-Lei nº 129/93 de 22 de abril de 1993 e pelo regulamento orgânico dos Serviços de Ação Social.

A Biblioteca da Universidade é uma unidade funcional, dotada de autonomia administrativa, que acolhe todas as bibliotecas da instituição e as áreas da informação e documentação (artigo 59.º dos Estatutos).

A Unidade de Apoio à Investigação Científica e Formação Pós-Graduada é uma unidade funcional da Universidade e tem como objetivo apoiar a expansão qualitativa e diversificada da investigação científica, bem como as linhas de formação pós-graduada (artigo 61.º dos Estatutos).

6.1.4 – Descrição Sumária das Atividades

A Universidade do Algarve é um centro de criação, transmissão e difusão da cultura e do conhecimento humanístico, artístico, científico e tecnológico, contribuindo para a promoção cultural e científica da sociedade, com vista a melhorar a sua capacidade de antecipação e resposta às alterações sociais, científicas e tecnológicas, para o desenvolvimento das comunidades, em particular da região do Algarve, para a coesão social, promovendo e consolidando os valores da liberdade e da cidadania (artigo 2.º dos Estatutos).

A Universidade tem por fins:

- a) A formação humanística, cultural, artística, científica, técnica e profissional, através de cursos de ensino superior e cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização e formação;
- b) A realização de investigação de alto nível e o desenvolvimento experimental;
- c) A colaboração com entidades públicas e privadas, através do estabelecimento de protocolos, convénios, consórcios e parcerias;
- d) A promoção da internacionalização das suas atividades através do intercâmbio científico, educacional, tecnológico e cultural com outras instituições, apoio à projeção internacional das suas atividades, contribuição para a cooperação internacional e a promoção da língua e cultura portuguesas;
- e) A criação de instrumentos de promoção, sustentabilidade e avaliação, interna e externa da qualidade e de prestação de contas, designadamente a permanente autoavaliação das suas

atividades, formas de recrutamento e seleção de estudantes, docentes e investigadores que assegurem o juízo de mérito de forma independente, condições para a formação, qualificação e o desenvolvimento profissional de docentes, investigadores e pessoal não docente, a promoção da qualidade de vida e do trabalho dos estudantes, a instituição de prémios e incentivos destinados a reconhecer o mérito e a apoiar as atividades que valorizem a Universidade, o fomento da realização pessoal dos seus membros, a dinamização de plataformas virtuais e mecanismo de ensino à distância, suportes de redes alargadas de intervenção e de qualificação.

À Universidade compete a concessão de graus e títulos académicos, graus e títulos honoríficos, designadamente o grau de doutor honoris causa, e de outros certificados e diplomas, bem como a concessão de equivalências e o reconhecimento de graus e habilitações académicas.

6.1.5 – Recursos Humanos

No ano económico de 2021, os órgãos de governo da Universidade tinham os seguintes titulares:

Conselho Geral

Presidente:

Vitor José Cabrita Neto (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

Paulo Jorge Maia dos Santos (de 17 de maio a 28 de junho de 2021)

Ana Maria Teodoro Jorge (de 28 de junho a 31 de dezembro de 2021)

Representantes dos Professores:

Amílcar Manuel Marreiros Duarte (de 17 de maio a 31 de dezembro de 2021)

Ana Catarina Baptista de Jesus Correia (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

Ana Cristina Hurtado de Matos Coelho

Ana Isabel da Costa Conceição Guerra

Ana Maria Duarte Inácio Marreiros (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

Ana Teresa Luís Lopes Maia (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

Ana Sofia da Silva Carreira (de 17 de maio a 31 de dezembro de 2021)

Anabela Maria Lopes Romano (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

António Manuel da Conceição Guerreiro (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

Aurízia Félix Sousa Anica (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

Carina Infante do Carmo

Filipa Perdigão Alexandre Ribeiro (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

Inês Maria Pombinho Araújo (de 17 de maio a 31 de dezembro de 2021)

Isabel Maria de Paiva Pinto Mendes (de 17 de maio a 31 de dezembro de 2021)

Isménio Lourenço Eusébio Martins

João Filipe Marques (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

João Herculano de Carvalho (de 17 de maio a 31 de dezembro de 2021)

João Miguel Mico Cascalheira (de 17 de maio a 31 de dezembro de 2021)

Jorge Miguel Lopo Gonçalves Andraz (de 17 de maio a 31 de dezembro de 2021)

José António de Sousa Moreira (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

José Manuel Sousa de São José

Luís Sérgio Gonçalves Vieira (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

Marco Paulo dos Santos Carrasco

Manuel Célio de Jesus Conceição (de 17 de maio a 31 de dezembro de 2021)

Maria Palma Mateus

Rui Carlos Gonçalves Graça e Costa (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

Rui Miguel Plácido Raposo (de 17 de maio a 31 de dezembro de 2021)

Sílvia Moreno de Jesus Quinteiro (de 17 de maio a 31 de dezembro de 2021)

Representantes dos Estudantes:

Afonso Sanchez Serrano (de 17 de maio a 31 de dezembro de 2021)

Fábio Costa Zacarias (de 17 de maio a 31 de dezembro de 2021)

Henrique Xavier Sampaio Marçal (de 17 de maio a 31 de dezembro de 2021)

João Diogo Santos Pereira

João Tiago Pereira Silvestre (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

João Paulo Martins Justo (de 17 de maio a 31 de dezembro de 2021)

João Pedro Sá de Carvalho (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

Tatiana Alexandra Meireles Mira (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

Raquel Anjinho Jacob (de 17 de maio a 31 de dezembro de 2021)

Representante do Pessoal Não Docente e Não Investigador

Amadeus de Matos Cardoso (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

Pedro Miguel Marreiros Bernardo Martins (de 17 de maio a 31 de dezembro de 2021)

Membros Externos:

Amélia Cristina Nobre dos Santos Silva (de 28 de junho a 31 de dezembro de 2021)

Ana Cristina Jacinto da Silva (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

António Carlos Guerreiro Morgado André (de 28 de junho a 31 de dezembro de 2021)

Filipe Duarte Branco da Silva Santos (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

Hélder Dias Mota Filipe (de 28 de junho a 31 de dezembro de 2021)

Henrique Luz Rodrigues (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

Hugo Gonçalo Baptista Vieira (de 28 de junho a 31 de dezembro de 2021)

Humberto Félix Teixeira da Conceição (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

Isabel Maria Rodrigues Gonçalves (de 28 de junho a 31 de dezembro de 2021)

João Augusto Castel-Branco Goulão (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021 e de 21 de julho a 31 de dezembro de 2021)

José Rui Felizardo (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

Luis Filipe Canadas Ferrinho (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

Nuno Filipe Rebelo Battaglia (de 28 de junho a 31 de dezembro de 2021)

Paulo Jorge de Lima Dentinho (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

Paulo Luís do Carmo Pinheiro (de 28 de junho a 31 de dezembro de 2021)

Maria Teresa de Pinho Marques Espassadim (de 01 de janeiro a 17 de maio de 2021)

Tiago Romero Magalhães (de 28 de junho a 31 de dezembro de 2021)

Reitor e Equipa Reitoral

Reitor:

Prof. Doutor Paulo Manuel Roque Águas

Vice-Reitores:

Profª Doutora Ana Maria de Melo Sampaio de Freitas

Prof. Doutor Saul Neves de Jesus (de 01 de janeiro a 15 de dezembro de 2021)

Profª Doutora Maria Alexandra Anica Teodósio

Prof. Doutor Nuno Gonçalo Viana Pereira Ferreira Bicho (de 15 de dezembro a 31 de dezembro de 2021)

Prof. Doutor João Miguel Fernandes Rodrigues (de 15 de dezembro a 31 de dezembro de 2021)

Pró-Reitores:

Prof. Doutor João Miguel Fernandes Rodrigues (de 01 de janeiro a 15 de dezembro de 2021)

Profª Doutora Maribela Fátima Oliveira Pestana Correia (de 01 de janeiro a 15 de dezembro de 2021)

Profª Doutora Ana Isabel da Costa Conceição Guerra (de 15 de dezembro a 31 de dezembro de 2021)

Prof. Doutor Eduardo Bruno Oliveira Esteves (de 15 de dezembro a 31 de dezembro de 2021)

Administrador:

Lic. António Joaquim Godinho Cabecinha

Diretores das Unidades Orgânicas:

Faculdade de Ciências e Tecnologia:

Prof.^a Doutora Maria de Lurdes dos Santos Cristiano (de 01 de janeiro a 30 de junho de 2021)

Prof. Doutor Carlos Guerrero (de 30 de junho a 31 de dezembro de 2021)

Faculdade de Economia:

Prof. Doutor Efigénio da Luz Rebelo

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais:

Prof. Doutor Nuno Gonçalo Viana Pereira Ferreira Bicho (de 01 de janeiro a 15 de dezembro de 2021)

Prof.^a Doutora Joana Conduto Vieira dos Santos (de 15 de dezembro a 31 de dezembro de 2021)

Escola Superior de Educação e Comunicação:

Prof. Doutor António Carlos Camilo Correia de Lacerda

Instituto Superior de Engenharia:

Prof. Doutor António Manuel de Sousa Baltazar Mortal

Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo:

Prof.^a Doutora Maria Alexandra Patrocínio Rodrigues Gonçalves

Escola Superior de Saúde:

Prof. Doutor Luis Pedro Vieira Ribeiro

Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas:

Prof.^a Doutora Isabel Maria Mestre Marques Palmeirim de Alfarra Esteves

Conselho de Gestão

Reitor; Prof. Doutor Paulo Manuel Roque Águas; que preside

Vice-reitora, Professora Doutora Ana Maria de Melo Sampaio de Freitas;

Administrador, Dr. António Joaquim Godinho Cabecinha

Diretor de Serviços Financeiros e Patrimoniais, Dr. Carlos Filipe Martins do Nascimento;

Presidente da Associação Académica (a função do aluno no Conselho de Gestão é participativa, não tem direito a decisão nem voto, mas deverá expressar a sua opinião).

Raquel Anjinho Jacob (de 01 de janeiro a 3 de março de 2021)

Vitor Alexandre dos Santos Pereira (de 3 de março a 31 de dezembro de 2021)

Diretores de Serviço:

Serviços Académicos:

Mestre Maria Isabel Correia Borges Pereira Simões

Serviços Financeiros e Patrimoniais:

Lic. Carlos Filipe Martins do Nascimento

Serviços Técnicos:

Mestre Ana Paula Neto Ferreira

Serviços de Recursos Humanos

Lic. Maria Carlos Assunção Alho Ferreira

Serviços de Informática:

Mestre Joel David Valente Guerreiro

De acordo com o Balanço Social para o ano de 2021, o número de funcionários é de 1.298, discriminado da seguinte forma:

Dirigente superior: 6

Dirigente intermédio: 22

Técnico Superior: 151

Assistente técnico: 100

Assistente operacional: 46

Informático: 34

Pessoal de investigação científica: 90

Pessoal docente ensino universitário: 492

Pessoal docente ensino superior politécnico: 357

6.1.6 - Organização contabilística

Organização contabilística:

A contabilidade patrimonial, baseada no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o sector da educação – POC-Educação – previsto na Portaria 794/2000, de 20 de setembro, foi introduzida na Universidade do Algarve no início do ano de 2004.

Em 01 de janeiro de 2019 passou para o SNC-AP, Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro.

A Universidade encontra-se organizada por centros de financeiros, possuindo cada um deles capacidade para gerar receitas e efetuar despesas.

Como a Universidade está organizada por unidades orgânicas, os serviços de contabilidade encontram-se descentralizados, existindo um setor de contabilidade em cada uma das unidades orgânicas e uma secção de contabilidade nos serviços centrais. No ano de 2008 foram centralizadas as operações ligadas à contabilidade patrimonial, começando esse procedimento pelos movimentos relacionados com despesas e operações diversas. No ano de 2009 centralizaram-se as operações relativas ao registo da receita. Assim, os serviços de contabilidade das unidades orgânicas realizaram até 2011 registos apenas na contabilidade orçamental. Com a implementação do SIGESTUALG (base SAP), no exercício de 2012 os serviços de contabilidade das Unidades Orgânicas passaram a efetuar operações contabilísticas, quer ao nível da contabilidade orçamental, quer ao nível da contabilidade patrimonial.

Em 01 de janeiro de 2019, foi implementado um novo software contabilístico – Primavera. Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do SNC-AP, Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, de acordo com orientações emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP), das normas técnicas da UniLeo, Unidade de implementação da Lei de Enquadramento e ainda nos moldes tradicionais de contabilidade unigráfica.

Todos os critérios utilizados para o registo dos factos patrimoniais e para a produção dos mapas de prestação de contas basearam-se nas diretrizes do SNC-AP, Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública.

A prestação de contas da Universidade do Algarve, relativa ao ano de 2005, foi apresentada, pela primeira vez, nos moldes previstos pelo POC-Educação, possuindo todos os documentos exigidos pelo Artigo 4.º

da Portaria 794/2000, de 20 de setembro e seguindo as instruções do Tribunal de Contas Nº 1/2004, da 2ª Secção do Tribunal de Contas, publicada no DR, 2ª Série, de 14 de fevereiro de 2004.

A prestação de contas relativa ao ano económico de 2006 foi também apresentada de acordo com o POC-Educação, o que incluiu, pela primeira vez, a certificação legal das mesmas, elaborada pela empresa de auditoria BDO bdc Associados – SROC, Lda.

Foi também em 2006 que a Universidade do Algarve apresentou, pela primeira vez, a sua conta consolidada, enquanto grupo público definido pelo n.º 4 do artigo 5.º da Portaria n.º 794/2000, de 20 de setembro. As contas da Universidade foram consolidadas com as contas dos Serviços de Ação Social.

Para o ano económico de 2021, a Universidade do Algarve irá apresentar as suas contas segundo o SNC-AP, sendo a sua conta certificada pela BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Lda., fiscal único da Universidade do Algarve, desde 01 de outubro de 2015.

A Universidade do Algarve irá apresentar a sua conta consolidada com as seguintes entidades:

- Serviços de Ação Social;
- Associação Rádio Universitária do Algarve;
- Associação Algarve STP;
- CINTAL – Centro de Investigação Tecnológico do Algarve

Manual de procedimentos:

Na Universidade do Algarve existem diversos manuais de procedimentos, que são objeto de atualização sempre que tal se revele necessário e legalmente obrigatório. Os manuais de procedimentos em utilização na Universidade são os seguintes:

- Manual de procedimentos do Património – revisto em 2007;
- Manual de procedimentos de projetos de investigação;
- Manual de atribuição de bolsas – elaborado em 2007;
- Manual de procedimentos de gestão de terceiros – elaborado em 2007;
- Manual com a definição de método para cálculo da estrutura de custos para a Universidade do Algarve – elaborado em 2007;
- Manual de protocolos;

- Manual da aplicação do IVA pró rata – elaborado em 2007 e atualizado anualmente;
- Manual de procedimentos das receitas da Biblioteca Central – elaborado em 2007;
- Manual de procedimentos da elaboração do orçamento – elaborado em 2007;
- Manual de procedimentos da consolidação da conta – elaborado em 2007;
- Manual de Acréscimos e Diferimentos – elaborado em 2008;
- Regulamento de Fundo de Maneio aprovado em 2011.
- Manual de controlo interno aprovado em 24.11.2014.

Em paralelo, criaram-se diversos procedimentos internos de forma a aumentar a eficiência no tratamento contabilístico das diversas operações financeiras, que são comunicados na sua maioria via correio eletrónico ou publicados na página eletrónica dos Serviços, via intranet.

Descrição Sumária da Organização do arquivo dos documentos de suporte

- Despesas – Arquivados por processo de despesa do qual faz parte a proposta de realização de despesa, a nota de encomenda, o documento comprovativo da despesa (fatura ou documento equivalente). Estes processos estão arquivados por classificação económica e ordem de registo. Os pedidos de autorização de pagamento e respetivas aprovações são arquivados sequencialmente por ordem de registo. Os recibos são arquivados por ordem alfabética da designação do fornecedor.
- Receitas – Arquivados por processo de receita do qual faz parte a emissão da fatura, o registo do proveito, o comprovativo do recebimento, a liquidação e a cobrança da receita.
- Outras operações – Existe um arquivo de lançamento de operações diversas, ou seja todas as operações que não têm diretamente um documento de despesa ou de receita, nomeadamente abates, pedido de libertação de créditos, transferências entre contas bancárias, guias de descontos, etc. Estes processos encontram-se arquivados por número de registo. Existe igualmente um arquivo próprio para as operações de final do ano económico.

A Universidade do Algarve não possui demonstrações financeiras intercalares, no entanto, para conferência periódica são emitidos balancetes analíticos e sintéticos, tanto da contabilidade orçamental, como da contabilidade patrimonial.

Nos termos da legislação em vigor para o ano económico em análise (2020), foram publicados a Lei do Orçamento (Lei n.º 2/2020 de 31 de março), mantendo-se o Decreto de Execução Orçamental de 2019

(Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho de 2019) e Circulares da Direcção-Geral do Orçamento (DGO). A UAlg presta mensal e trimestralmente contas, na ótica orçamental e patrimonial, aos órgãos de tutela – Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior e Ministério das Finanças.

Sistema de informação:

A aplicação informática na área da Contabilidade é a aplicação Primavera. Esta aplicação contempla também as áreas de Recursos Humanos e Projetos de Investigação.

A atividade dos Serviços Académicos é suportada pela aplicação informática SIGES UAlg - Sistema de Gestão Académica para a Universidade do Algarve, que se encontra integrado com o software Primavera.

6.1.7 - Enquadramento fiscal

A Universidade é uma entidade que goza de isenção parcial do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas IRC, uma vez que se encontra sujeita a este imposto apenas por via da retenção na fonte relativamente aos seus rendimentos de aplicação de capitais. A Universidade não está obrigada a entregar a declaração anual de rendimentos.

A partir de 01/01/2008, a Universidade do Algarve utilizou o regime do IVA pró rata, exceto no que concerne às aquisições de bens e serviços para a Investigação não comercial (investigação pura), do qual o IVA é deduzido pelo regime de afetação real. De referir que, até ao ano de 2008, a Universidade do Algarve somente liquidava o IVA.

6.1.8 - Outra informação considerada relevante

a) Revisão dos registos contabilísticos

São objeto de conferências através do cruzamento da informação registada no sistema informático de apoio à contabilidade, validando-se a informação gerada pela contabilidade orçamental com os outputs extraídos da contabilidade patrimonial.

b) Reconciliações bancárias

As reconciliações bancárias são efetuadas mensalmente. Sempre que se verificam diferenças, as mesmas são averiguadas e prontamente regularizadas.

No final do ano económico é feita uma reconciliação global entre os valores registados nas contas bancárias e o valor de saldo apurado para integração no ano seguinte, na ótica da contabilidade pública.

7. Acontecimentos após a data de relato

À data em que as contas são prestadas subsiste uma pandemia provocada pelo vírus Covid 19 que foi declarada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020. O ano de 2022 iniciou num contexto de situação de calamidade decretado em 27 de novembro de 2021, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 157/2021.

Em 18 de fevereiro de 2022 é publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 25-A/2022 que declara a situação de alerta no âmbito da pandemia COVID19, que vigorará até 30 de março de 2022.

Apesar das circunstâncias adversas, não houve interrupção da atividade, tendo as contas sido elaboradas numa base de continuidade.

8. Notas sobre a contabilidade analítica

Encontra-se em curso na Universidade o processo para implementação da contabilidade analítica. Desde janeiro de 2019, a Universidade do Algarve na implementação do SNC-AP, adotou a aplicação informática Primavera.

A Universidade do Algarve tem definido um modelo analítico. Atualmente, este processo está em fase de ajustamento face à perspetiva de enquadramento no SNC-AP.

No entanto, e apesar de não existir uma contabilidade analítica nos moldes previstos nos normativos contabilísticos, a Universidade do Algarve dispõe de uma contabilidade baseada em centros financeiros, onde se afetam os recebimentos e os pagamentos das diversas atividades que são desenvolvidas ao longo do ano económico, inseridas nas respetivas unidades orgânicas, projetos de investigação, centros de investigação e serviços centrais de apoio.

Não estando ainda implementado um sistema de controlo rigoroso, dos custos estimados e incorridos, dos proveitos reconhecidos e dos resultados de projeto a projeto.

Anexo I – Balanço Social

Universidade do Algarve

Balanço Social

2021

SERVIÇOS DE RECURSOS HUMANOS
Campus da Penha, 8005-139 FARO (dsrhumanos@ualg.pt)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
I – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UALG	3
II - DISTRIBUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	4
1 - OS EFETIVOS NA UALG E SUA DISTRIBUIÇÃO	4
2 - CARACTERIZAÇÃO DOS EFETIVOS	8
2.1. – Por Corpo e Subsistema de Ensino	8
2.1.1. Pessoal Não Docente	8
2.1.2. Pessoal Docente	8
2.2. – Distribuição por Escalão Etário	9
2.3. – Distribuição por Género	9
2.4. – Nível das Habilitações Académicas	11
2.4.1. Pessoal Não Docente e Investigador	11
2.4.2. Pessoal Docente	11
2.5. – Estrutura da Antiguidade na Função Pública	12
2.6. – Nacionalidade Estrangeira	13
3 – MOBILIDADE DOS EFETIVOS	13
3.1. – Entradas	14
3.2. – Saídas	14
3.3. – Postos de trabalho previstos e não ocupados	14
3.4. – Mudanças de situação	14
4 – TEMPO DE TRABALHO	15
4.1. – Modalidades de Horário	15
4.2. – Assiduidade	15
4.3. – Trabalho Suplementar e Noturno	17
5 – FORMAÇÃO	18
6 – ENCARGOS COM PESSOAL	18
6.1. – Evolução dos Encargos com Pessoal	18
6.2. – Evolução dos Encargos com as Prestações Sociais	20
6.3. – Encargos com as Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social	20
7 – HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO	21
III – CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
ANEXOS – Quadros do Balanço Social	23

INTRODUÇÃO

O Balanço Social de 2021¹ da Universidade do Algarve (UAlg) foi elaborado de acordo com o Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, disponibilizando um conjunto de indicadores sobre os seus recursos humanos e respetivos recursos financeiros, tendo como fonte os dados registados no sistema de gestão Primavera.

Os dados que serviram de base à construção dos indicadores referem-se ao pessoal em exercício de funções na Universidade do Algarve em 31 de dezembro de 2021, incluindo o pessoal em situação de licença sem remuneração por período inferior a um ano, licença de interesse público e licença parental, bem como aqueles que se encontram a exercer funções em organismo internacional ou em cedência de interesse público noutros organismos privados ou públicos, nacionais ou estrangeiros.

O Balanço Social não inclui nos efetivos:

- a) O pessoal em mobilidade noutra instituição ou em exercício de cargo público, pois constarão do balanço social da respetiva entidade;
- b) O pessoal docente que detém um contrato a termo resolutivo certo sem remuneração;
- c) O pessoal com contrato ao abrigo da Medida Contrato Emprego Inserção (CEI), contratos de bolsa de investigação e as avenças.

Em primeiro lugar é apresentada uma breve caracterização da UAlg, incluindo a sua estrutura organizacional, no sentido de contextualizar os recursos humanos e os indicadores do próprio balanço social, aos quais foram acrescentados outros dados para completar a informação e facilitar a análise.

Na apresentação dos dados, sempre que se justifique, é efetuada uma comparação com o ano anterior, e em relação ao pessoal docente a distinção entre os dois subsistemas de ensino, universitário e politécnico.

¹ Os mapas utilizados no Balanço Social foram atualizados pela Direção Geral da Administração Pública (DGAEP).

I – A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UALG

Na qualidade de Instituto Público, a Universidade do Algarve é uma entidade coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, com sede em Faro, dispondo de dois *Campi*, Penha e Gambelas e de um Pólo em Portimão.

A UAlg integra dois subsistemas de ensino superior: Universitário e Politécnico.

A sua estrutura organizacional é constituída por unidades orgânicas de ensino e investigação, unidades de investigação e de desenvolvimento, serviços e unidades funcionais.

Unidades orgânicas que integram o subsistema universitário:

- ✓ Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS);
- ✓ Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT);
- ✓ Faculdade de Economia (FE)
- ✓ Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas (FMCB).

Unidades orgânicas que integram o subsistema politécnico:

- ✓ Escola Superior de Educação e Comunicação (ESEC);
- ✓ Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo (ESGHT);
- ✓ Escola Superior de Saúde (ESSUAlg);
- ✓ Instituto Superior de Engenharia (ISE).

Existem duas unidades funcionais:

- ✓ Biblioteca;
- ✓ Unidade de Apoio à Investigação Científica e Formação Pós-Graduada.

A Universidade dispõe ainda de um conjunto de outras estruturas que garantem o normal funcionamento da instituição, tanto a nível técnico como administrativo:

- ✓ Serviços de Apoio à Reitoria;
- ✓ Serviços de Apoio Geral;
- ✓ Serviços Centrais que compreendem:
 - Serviços Académicos;
 - Serviços Financeiros e Patrimoniais;
 - Serviços de Informática;
 - Serviços de Recursos Humanos;
 - Serviços Técnicos.

A Universidade também integra Centros de I&D (Investigação e Desenvolvimento).

Os mapas de pessoal da Universidade contemplam o pessoal:

- Não Docente (não foi incluído o pessoal em regime de avença);
- Docente do Ensino Superior Politécnico;

- Docente do Ensino Superior Universitário;
- Investigação.

II – DISTRIBUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

1 – OS EFETIVOS NA UALG E SUA DISTRIBUIÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021, a UAlg contava com um total de 1.298 trabalhadores².

Em termos globais a distribuição do número de efetivos pelos corpos existentes na Universidade do Algarve é a indicada no Quadro 1.

Entende-se por corpo o conjunto das carreiras existentes tanto do pessoal docente, como não docente e ainda dos investigadores.

O corpo docente integra as carreiras dos dois subsistemas de ensino, o universitário e o politécnico, o corpo não docente engloba o pessoal dirigente e as carreiras de técnico superior, assistente técnico, assistente operacional e informática. O corpo de investigadores integra os investigadores de carreira e equiparados. O Reitor e os Vice-Reitores foram considerados no corpo não docente, no cargo de dirigentes.

Quadro 1
Distribuição de Efetivos por Corpo

Corpo	2021	Distribuição
Docente	849	65,41%
Universitário	492	57,95%
Politécnico	357	42,05%
Não Docente³	359	27,66%
Investigação	90	6,93%
Total	1.298	100,00%

O peso do pessoal docente na UAlg é de 65,41%, sendo que o mesmo é repartido entre o subsistema universitário, com 57,95%, e o ensino politécnico, com 42,05%.

O pessoal não docente representa 27,66% do universo total.

Relativamente a 2020, verificou-se um acréscimo de 28 efetivos no número total, o que corresponde a um aumento percentual de 2,20%, determinado pelo acréscimo do número de docentes, adstritos tanto ao ensino universitário como politécnico, e investigadores.

Na carreira não docente houve um decréscimo de 8 efetivos no número total.

² Não foram considerados os bolseiros, os CEIs e os contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo sem remuneração. Os avançados foram considerados nos mapas do balanço social, na parte correspondente, mas não estão incluídos nos quadros deste relatório.

³ No Pessoal Não Docente foram incluídos 1 Reitor e 4 Vice-Reitores (por se tratar de Pessoal Dirigente Superior de 1º e 2º Grau, respetivamente, nos termos dos códigos do SIOE).

Quadro 2
Variação de Efetivos entre 2020 e 2021

Pessoal \ Ano	2020	2021	Variação (nº) 2020/21	Tx Crescimento (%) 2020/21
Não Docente	367	359	-8	-2,18%
Docente Ens. Universitário	469	492	+23	+4,90%
Docente Ens. Politécnico	350	357	+7	+2%
Investigadores	84	90	+6	+7,14%
Totais	1.270	1.298	+28	2,20%

Não obstante, no que se refere ao corpo docente, é importante analisar a sua evolução expressa em ETI (equivalente em tempo integral), sabendo que o número de docentes em tempo parcial é ponderado de acordo com a percentagem fixada no respetivo contrato. Neste contexto, regista-se um decréscimo efetivo de 1,45 efetivos no corpo docente da UAlg, conforme se pode visualizar no Quadro 3.

Quadro 3
Variação de Docentes ETI entre 2020 e 2021

Pessoal \ Ano	2020	2021	Variação (nº) 2020/21	Tx Crescimento (%) 2020/21
Docente Ens. Universitário	310,15	309,025	-1,125	-0,36%
Docente Ens. Politécnico	276,325	276	-0,325	-0,056%
Totais	586,475	585,025	-1,45	-0,247%

A distribuição dos efetivos por unidade é a seguinte:

Quadro 4
Distribuição de Efetivos por Unidade

Unidade	Docente	Não Docente	Investigação
Escola Superior de Educação e Comunicação (ESEC)	75	10	
Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo (ESGHT)	105	19	
Escola Superior de Saúde (ESSUALG)	96	12	
Instituto Superior de Engenharia (ISE)	80	20	
Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)	154	46	1
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS)	81	10	
Faculdade de Economia (FE)	68	13	
Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas (FMCB)	189	10	
Reitoria e Serviços	1	167	1
Biblioteca		24	
Unidade de Apoio à Investigação Científica e Formação Pós-Graduada (UAIC)		19	
Centros I&D		9	88
Total	849	359	90

A Reitoria e Serviços concentram 46,52% do pessoal não docente (167 trabalhadores⁴). Esta prevalência tem-se mantido ao longo dos anos, devido ao facto de se concentrarem nos Serviços muitas das funções essenciais ao funcionamento da Universidade, mas também como consequência da orgânica definida nos Estatutos da UAlg. O Reitor e os Vices Reitores estão afetos à Reitoria no pessoal não docente representando aproximadamente 1,4% do total.

Em 2021 as unidades orgânicas (Escolas e Faculdades) totalizam 140 trabalhadores não docentes, o que corresponde a 39% do universo não docente.

O pessoal não docente das unidades funcionais tem um peso de 11,98%, sendo que a UAIC representa 36,54% deste pessoal e a Biblioteca 46,15%.

Aos Centros de I&D estão afetos 9 trabalhadores não docentes, correspondendo a aproximadamente 2,50% deste pessoal, que asseguram tarefas de gestão administrativa.

Em relação à modalidade de relação jurídica de emprego público, como se pode constatar no Quadro 5, a maioria do pessoal detém um contrato por tempo indeterminado⁵, correspondendo a cerca de 58,4%.

⁴ Excluiu-se o Reitor e 4 Vices Reitores.

⁵ Incluíram-se os docentes em Mandato, por se tratarem de docentes com contrato por tempo indeterminado.

Quadro 5
Efetivos distribuídos por relação jurídica de emprego e unidade

Unidade	Corpo	Cargo Político / Mandato	CTFP-Termo Indeterminado	CTFP-Termo Resolutivo Certo	CTFP-Termo Resolutivo Incerto	Comissão de Serviço	Total
ESEC	PD	2	34	39			75
	PND		10				10
ESGHT	PD	2	59	44			105
	PND		19				19
ESS	PD	2	27	67			96
	PND		12				12
ISE	PD	2	75	3			80
	PND		20				20
FCT	PD	2	139	13			154
	INV			1			1
	PND		45			1	46
FCHS	PD	1	54	26			81
	PND		10				10
FE	PD	2	27	39			68
	PND		12		1		13
FMCB	PD	2	13	174			189
	INV						0
	PND		10				10
Biblioteca	PD						0
	PND		23			1	24
UAIC	PD						0
	PND		16			3	19
Reitoria e Serviços	PD		1				2
	INV		1				1
	PND	5	144			18	167
Centros I&D	INV		3	85			88
	PND		4	5			9
Sub Total - PD		15	429	406	0	0	850
Sub Total - INV		0	4	85	0	0	89
Sub Total - PND		5	325	5	1	23	359
Total		20	758	496	1	23	1298

PD - Pessoal Docente; INV – Investigadores; PND - Pessoal Não Docente;

É de sublinhar que dos 429 contratos por tempo indeterminado do pessoal docente incluindo em mandato), 54,5% encontram-se no subsistema universitário (234). Verifica-se ainda que é também no ensino universitário que existem mais contratos a termo certo, 61,2% (252).

Em relação ao pessoal não docente, 91,9% dos trabalhadores têm um contrato de trabalho por tempo indeterminado (incluindo o Reitor e Vices que estão registados em Mandato).

Regista-se ainda um trabalhador com CTFP-Termo Resolutivo Incerto financiado pelo IEEFP, no âmbito da Medida de Emprego Mercado Aberto.

2 – CARACTERIZAÇÃO DOS EFETIVOS

2.1. – Por Corpo e Subsistema de Ensino

2.1.1. Pessoal Não Docente

Quadro 6
Pessoal Não Docente por Carreira - Taxa Crescimento em 2021

Cargos e Carreiras	2020	2021	Variação (n.º)	Taxa Crescimento (%)
Dirigente Superior	5	6	+1	20,0%
Dirigente Intermédio	21	22	+1	4,76%
Técnico Superior	147	151	+4	2,72%
Assistente Técnico	107	100	-7	-6,54%
Assistente Operacional	52	46	-6	-11,54%
Informática	35	34	-1	-2,86%
Totais	367	359	-8	-2,18%

Analisando o quadro acima podemos constatar que houve um decréscimo de aproximadamente 2,18% no número de efetivos não docentes. Este decréscimo verificou-se nas carreiras de assistente técnico, assistente operacional e Informática. Esta diminuição contrasta com o aumento de efetivos nas restantes carreiras, Dirigente e Técnica Superior.

O aumento de efetivos na carreira de técnico superior deve-se ao recrutamento de pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para o exercício de funções nos Centros de Investigação, com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

No que se refere à carreira de assistente técnico e assistente operacional a diminuição do número de efetivos deriva, principalmente, de saídas por aposentação.

2.1.2. Pessoal Docente

A distribuição do número de docentes por subsistema, demonstra que existem mais efetivos docentes no ensino universitário do que no ensino politécnico e que há predominância do pessoal convidado no ensino universitário, enquanto que no ensino politécnico, a maior percentagem está integrada no pessoal de carreira. Contabilizando os dois subsistemas, 52% do pessoal docente está integrado na carreira.

Quadro 7
Pessoal Docente por Subsistema de Ensino 2021

Subsistemas	Carreira	Convidados	Total
Ensino Universitário	239	253	492
Ensino Politécnico	203	154	357
Total	442	407	849

2.2. – Distribuição por Escalão Etário

Quadro 8
Distribuição por Escalão Etário e Corpo

Escalão Etário	Pessoal Docente		Pessoal Não Docente	Pessoal Investigação	Total
	Universitário	Politécnico			
20 - 24	1	1			2
25 - 29	3	8	4	2	17
30 - 34	34	21	7	14	76
35 - 39	62	33	11	13	119
40 - 44	59	36	41	37	173
45 - 49	61	65	74	15	215
50 - 54	81	84	70	6	241
55 - 59	102	54	81	3	240
60 - 64	67	39	58		164
65 - 69	22	16	13		51
Total	492	357	359	90	1298

Analisada a idade dos trabalhadores da Universidade verifica-se que:

- A média simples de idades manteve-se idêntica à média do ano anterior, nos 50,1 anos, devido, principalmente ao ingresso de docentes e investigadores de faixas etárias mais jovens (entre os 25 e os 39 anos) e à aposentação de pessoal, atenuando assim o aumento anual deste parâmetro.
- É no escalão etário dos [50-54 anos] que se encontra o maior número de efetivos (241), logo seguido pelo escalão [55-59 anos] com 240 e pelo escalão [45-49 anos] com 215 trabalhadores. Constata-se, assim, que aproximadamente 53,62% dos trabalhadores da UAlg posicionam-se na faixa etária entre os 45 e os 59 anos.
- É de destacar que 51 trabalhadores têm entre 65 e 69 anos, sendo relevante a possibilidade de aposentação.

Considerou-se importante calcular a taxa de emprego jovem na UAlg, por se tratar de um fator que assume especial relevo no contexto laboral atual. Assim, em 2021, considerando as faixas etárias até aos 29 anos, o valor da taxa de emprego de jovens na UAlg é de aproximadamente 1,39%, verificando-se um acréscimo de 0,44 pontos percentuais relativamente ao ano anterior (era de 0,95%), incidindo este aumento no pessoal docente, tanto no Ensino Universitário como no Politécnico.

2.3 – Distribuição por Género

O total do pessoal (docente, não docente e investigador) por género distribui-se do seguinte modo:

Quadro 9
Evolução dos Efetivos por Género

Género	2020	2021
Feminino	742	757
Masculino	528	541
Total	1270	1298

Mantém-se a tendência dos anos anteriores, uma vez que as mulheres continuam a ser em maior número que os homens.

Não obstante, verificou-se uma alteração na evolução destas taxas, mas sem peso de relevo: a taxa de feminização alterou de 58,43% em 2020 para 58,32% em 2021 e a taxa de masculinidade alterou de 41,57% em 2020 para 41,68% em 2021.

Quadro 10
Distribuição do Pessoal Não Docente e Investigação por Grupo Profissional e Género

Grupo	Feminino	Masculino
Dirigente Superior	2	4
Dirigente Intermédio	15	7
Técnico Superior	119	32
Informática	13	21
Assistente Técnico	85	15
Assistente Operacional	25	21
Investigação	58	32
Total	317	132

Quadro 11
Distribuição do Pessoal Docente por Subsistema e Género

Grupo	Feminino	Masculino
Ensino Universitário	246	246
Ensino Politécnico	194	163
Total	440	409

Face aos quadros apresentados, conclui-se que é o pessoal não docente o que mais contribui para o peso das mulheres na Universidade, repetindo-se anualmente esta tendência.

2.4. – Nível das Habilitações Académicas

2.4.1 - Pessoal Não Docente e Investigador

Nos valores da estrutura habilitacional do pessoal não docente e investigador é de realçar o peso da licenciatura (32,07%) e do 12.º ano (23,16%) que, no seu conjunto, representam 55,23% do nível habilitacional destes trabalhadores.

Quadro 12
Distribuição do Pessoal Não Docente e Investigador por Nível de Escolaridade

Nível de Escolaridade	Não Docente	Investigador	Nível escolaridade/ total efetivos (%)
Menos de 4 anos	1		0,22%
4.º Ano	6		1,34%
6.º Ano	10		2,23%
9.º Ano	43		9,58%
12.º Ano	104		23,16%
Bacharelato	5		1,11%
Licenciatura	143	1	32,07%
Mestrado	32	4	8,02%
Doutoramento*	15	85	22,27%
Total	359	90	100,00%

*Estão incluídos 2 dirigentes do ensino Universitário e 2 do ensino Politécnico (um Reitor e três Vice-Reitores).

O índice de formação superior⁶ do pessoal não docente e investigador em 2021 é de 63,47%, tendo registado um ligeiro acréscimo relativamente ao ano de 2020 (61,42%). Este acréscimo decorre da contratação de investigadores.

2.4.2 - Pessoal Docente

O doutoramento é a habilitação com maior peso na estrutura habilitacional do pessoal docente, como se pode verificar no Quadro 13, facto que se deve, maioritariamente, ao subsistema universitário.

Quadro 13

⁶ Índice de formação superior = [(n.º bacharelato + licenciatura + mestrado + doutoramento) / total efetivos] x 100

Pessoal Docente por Habilitação Académica e Subsistema

Nível habilitacional	Universitário	%	Politécnico	%	Total	%
12º Ano		0,00%		0,00%	0	0,00%
Bacharelato		0,00%		0,00%	0	0,00%
Licenciatura	81	16,46%	69	19,33%	150	17,67%
Mestrado	112	22,77%	105	29,41%	217	25,56%
Doutoramento**	299	60,77%	183	51,26%	482	56,77%
Total	492	100,00%	357	100,00%	849	100,00%

*** O Reitor e os Vice-Reitores foram incluídos no pessoal não docente enquanto dirigentes, pelo que não constam deste quadro.*

2.5. – Estrutura da Antiguidade na Função Pública

A média simples da antiguidade em funções públicas é de 16,98 anos, tendo-se verificado uma ligeira descida relativamente ao ano anterior (em 2020 a média de antiguidade rondava os 18,07 anos).

Verifica-se que o intervalo que reúne o maior número de trabalhadores é o de até 5 anos, suportado essencialmente pelo corpo docente e pelos investigadores.

A leitura do cálculo da antiguidade do pessoal docente tem de ser efetuada com algum cuidado, dado que para além de ter sido contabilizado todo o tipo de pessoal, designadamente aquele que acumula funções na Universidade com outras funções públicas, existem situações que não nos oferecem garantias neste indicador, nomeadamente no que se refere a períodos de interrupções (por exemplo, períodos de licença sem vencimento ou interrupções entre contratos, no caso do pessoal docente convidado).

Quadro 14
Distribuição dos efetivos por antiguidade e grupo

Grupo	Até 5	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	> 40	Total Geral
Dirigente Superior						3	2	1		6
Dirigente Intermédio			3	5	9	3	1		1	22
Técnico Superior	29	7	16	14	38	24	11	7	5	151
Informática	3		2	7	4	7	5	5	1	34
Assistente Técnico	3		1	17	21	23	12	19	4	100
Assistente Operacional	4			4	16	9	9	3	1	46
Docente Universitário	162	62	35	22	66	66	43	23	13	492
Docente Politécnico	96	32	21	20	48	71	34	23	12	357
Investigador	83	5	2							90
Total	380	106	80	89	202	206	117	81	37	1298

2.6. – Nacionalidade Estrangeira

Como se pode ver pelo quadro abaixo, existem 73 trabalhadores de nacionalidade estrangeira a exercer funções na Universidade, na sua grande maioria pessoal Docente Universitário e Investigador. Estes trabalhadores representam 5,62% dos efetivos totais, mais 0,27% do que no ano anterior, devido à entrada de novos docentes e investigadores.

Quadro 15
Distribuição dos efetivos por nacionalidade estrangeira

Proveniência do trabalhador	Docente Universitário	Docente Politécnico	Investigação	Pessoal Não Docente	TOTAL
União Europeia	26	7	15	1	49
CPLP ⁷	4	2	1		7
Outros países	6	2	8	1	17
Total	36	11	24	2	73

3 – MOBILIDADE DOS EFETIVOS

Neste ponto pretende-se analisar a mobilidade durante o ano de 2021.

Por mobilidade, neste contexto, entende-se a movimentação de pessoal: entradas, saídas, e mudanças de situação.

⁷ CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

3.1. – Entradas

Como “entradas de pessoal” consideraram-se os efetivos admitidos/regressados à UAlg entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021.

Em 2021 registaram-se 165 admissões/regressos:

Deste universo, 141 pertencem a pessoal docente, 11 a pessoal de investigação e as restantes 13 a pessoal não docente, entre os quais 2 avençados.

No que se refere ao pessoal docente houve 141 admissões, destas, 1 por concurso documental, 1 através de mobilidade estatutária e as restantes 139 por convite (41% no subsistema universitário e 59% no politécnico).

No pessoal não docente registaram-se 13 admissões, respetivamente, 2 avençados, 2 dirigentes em regime de substituição, 4 admissões por procedimento concursal e 5 em regime de mobilidade interna.

Relativamente ao pessoal de investigação ingressaram 9 investigadores doutorados por procedimento concursal ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2016 de 24 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017 de 19 de julho, e 2 investigadores ao abrigo de projetos financiados (Programa Horizonte 2020 – Ação Marie Curie).

3.2. – Saídas

No decorrer de 2021 registaram-se 144 saídas, a sua maioria por caducidade (60,4%), seguida de aposentação (21,5%, incluindo 5 casos de aposentação por limite de idade) e em terceiro, por denúncia (7,6%).

O pessoal docente do ensino politécnico é o grupo que apresenta o maior número de saídas, 78 no total, representando 54,2% das saídas verificadas em 2021, enquanto o pessoal docente do ensino universitário apresenta um total de 33 saídas (22,9%).

Verifica-se ainda a saída de 26 trabalhadores não docentes (18,1%) e 7 investigadores (4,9%).

3.3. – Postos de trabalho previstos e não ocupados

Dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal para 2021, não foram ocupados 50 lugares, pelo facto dos procedimentos concursais para recrutamento de pessoal não docente e para recrutamento e promoção de pessoal docente, se encontrarem ainda em desenvolvimento em 31 de dezembro.

3.4. – Mudanças de Situação

Em 2021 verificaram-se 56 alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório de pessoal não docente.

Registou-se ainda 1 promoção por concurso documental de pessoal docente do ensino superior politécnico.

4 – TEMPO DE TRABALHO

4.1. – Modalidades de Horário

O pessoal docente e investigador tem um horário com características especiais, que designamos por horário específico, dada a natureza das funções que exercem.

Em relação ao pessoal não docente a sua maioria tem um horário rígido (das 9h às 12:30h e das 14h às 17:30h).

4.2 – Assiduidade

A doença é o motivo que gera mais dias de ausência, seguido das faltas por parentalidade, tendência que já vem de anos anteriores.

Neste contexto salienta-se um acréscimo de 7,71% nos dias de faltas por doença de 2020 para 2021 (passou de um total de 11.660,81 dias para 12.559,42 dias).

Verificou-se a mesma tendência na parentalidade, sendo que os dias não trabalhados também aumentaram em cerca de 6,91% de 2020 para 2021 (um total de 4.123 dias para 4.408 dias), sendo o pessoal docente, politécnico e universitário, os grupos que mais contribuíram para este acréscimo.

As ausências motivadas por casamento sofreram uma diminuição na ordem dos 34,04% (de 47 para 31 dias).

Já as faltas por falecimento de familiares sofreram um aumento em cerca de 29,84% em 2021 relativamente a 2020 (de 124 para 161 dias).

De salientar que no ano de 2021 não houve ausências decorrentes de acidentes em serviço.

As ausências por motivo de greve, mantiveram-se idênticas, verificando-se um ligeiro aumento de 1,9% (de 52 no ano de 2020, para 53 no ano de 2021).

Verifica-se uma queda acentuada nas faltas por assistência a familiares de 70,84% de 2020 para 2021 (390,43 faltas para 113,84 faltas).

Não se registou qualquer dia de ausência motivado por suspensão disciplinar no ano de 2021, contrariamente ao ano anterior de 2020 (120 dias de suspensão).

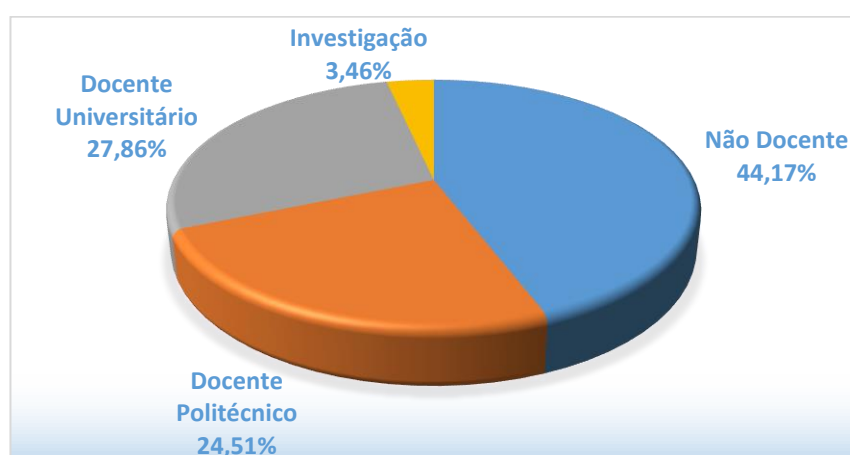
A ausência por outros motivos respeita a faltas dadas para atividade sindical, participação em mesas de voto, campanha em candidatura a eleições, cumprimento de obrigações e deslocações à escola de filho menor. Também aqui se verificou uma diminuição acentuada nas faltas de 2020 para 2021 em 61,63%.

Quadro 16
Motivos de ausência por corpo

Motivos de Ausência	Não Docente	Investigadores	Docente Univ.	Docente Polit.	Total Dias
Casamento	30			1	31
Parentalidade	1.384	517	1.980	527	4.408
Falecimento de Familiar	122		15	24	161
Doença ⁸	5.919,42	88	2.869	3.683	12.559,42
Acidente de Serviço					0
Assistência a Familiares	112,63			1,21	113,84
Por conta do Período de Férias	65,50			4	69,50
Greve	51		2		53
Suspensão Disciplinar					0
Trabalhador Estudante	2				2
Outros	28,21			40	68,21
Totais	7.714,76	605,00	4.866,00	4.280,21	17.465,97

Como se pode verificar no gráfico abaixo, é na carreira não docente que existe maior incidência de ausências ao trabalho (7.714,76), seguida da carreira docente do ensino Universitário (4.866,00) e da carreira docente do ensino Politécnico (4.280,21).

Gráfico 1
Distribuição das Ausências por Grupo Profissional



Importa ainda referir que em relação ao ano anterior:

⁸ Nesta rubrica estão incluídos os dias de ausência por doença, internamento do próprio, cirurgia e tratamento ambulatorial do próprio.

- O número total de dias de ausência ao trabalho aumentou 3,71% (de 16.841,50 para 17.465,97 dias), sendo de salientar que todos os grupos, com exceção do pessoal não docente, contribuíram para esse acréscimo; em particular o pessoal docente politécnico;
- No pessoal não docente verificou-se um decréscimo nos dias não trabalhados em cerca de 8,37%, invertendo a tendência dos anos anteriores;
- Relativamente ao pessoal de investigação, houve um acréscimo de 175% no registo de ausências em relação ao ano anterior, de 220 dias em 2020, para 605 dias em 2021, sendo a parentalidade o motivo principal para esse aumento;
- No que concerne ao pessoal docente universitário, também se registou um acréscimo dos dias não trabalhados relativamente a 2020, em cerca de 11,35%, tendo sido as faltas por doença e por parentalidade, aquelas que mais contribuíram para este acréscimo;
- No que concerne ao pessoal docente politécnico verificou-se um acréscimo de 11,70%. Tendo sido as faltas por parentalidade e doença que mais contribuíram para este aumento.

Acrescenta-se ainda que, à semelhança dos anos anteriores, não foram contabilizados os dias de licença sem remuneração, em qualquer uma das modalidades, bem como os dias de tolerância de ponto.

4.3 – Trabalho Suplementar e Noturno

O trabalho suplementar pago em 2021 atingiu as 781,5 horas, menos 199,5 horas do que em 2020 e foi realizado apenas por assistentes operacionais e assistentes técnicos (corpo não docente), do sexo masculino.

Salienta-se a ausência de trabalho noturno neste ano.

Quadro 17
Trabalho Suplementar e Noturno por Carreira e Género (Horas de Trabalho)

Tipo de Trabalho	Sexo	Assistente Operacional	Assistente Técnico	TOTAL
Suplementar	M	772,50	9,00	781,50
	F	0,00	0,00	0,00
	T	772,50	9,00	781,50
Normal Noturno	M	0,00	0,00	0,00
	F	0,00	0,00	0,00
	T	0,00	0,00	0,00
Total de Horas	M	772,50	9,00	781,50
	F	0,00	0,00	0,00
	T	772,50	9,00	781,50

5 – FORMAÇÃO

A participação em ações de formação em 2021 abrangeu um total de 532 trabalhadores, o equivalente a 41% do universo de trabalhadores da UAlg.

Desses participantes, 55,6% pertencem ao grupo de pessoal docente, 39,7% de pessoal não docente, dos quais 9% dirigentes, e os restantes 4,7% de pessoal investigador, num total de 1635 participações e 17.390 horas de formação.

A maior percentagem de participações (76,5%) verificou-se ao nível da formação interna, num total de 1250 participações e 11.201 horas de formação, realizadas maioritariamente no âmbito do projeto **QUALIFICA + UALG**, operação do Eixo Prioritário 8 – Modernizar e capacitar a Administração, do Programa Operacional Regional do Algarve.

A formação externa contou com 385 participações, com um custo de 9.087,50€.

6 – ENCARGOS COM PESSOAL

6.1. – Evolução dos Encargos com Pessoal

Quadro 18
Evolução dos Encargos com Pessoal

Encargos com Pessoal	2020	2021	Taxa de Crescimento
Remuneração Base [1]	34.953.287,76€	34.721.482,61	-0,66%
Prémios de Desempenho	0,00€	0,00€	0,00%
Suplementos [2]	211.628,42€	230.967,66	9,14%
Trabalho Suplementar	5.518,13€	4.846,50	-12,17%
Trabalho Normal Noturno	232,84€	0,00€	-100,00%
Trabalho por Turnos	10.682,03€	9.778,01	-8,46%
Abono para Falhas	1.035,48€	1.035,48	0,00%
Ajudas de Custo [3]	58.022,43€	59.323,39	2,24%
Despesas de Representação	57.706,33€	60.686,00	5,16%
Secretariado	1.399,56€	1.399,56	0,00%
Outros Encargos com Pessoal [4]	342.678,93€	292.469,08	-14,65%
TOTAL	35.642.191,91€	35.381.988,29 €	-0,73%

É de destacar:

- 1) Um decréscimo nos encargos com a remuneração base⁹[1], não obstante:
 - a) O aumento decorrente da atualização de 0,3% das remunerações da Administração Pública e ao aumento do valor dos montantes pecuniários correspondentes, aos níveis 5, 6 e 7 da

⁹ Nesta rubrica estão incluídos o Subsídio de Férias e o Subsídio de Natal.

Tabela Remuneratória Única (TRU) aprovada pela Portaria nº 1553-C/2008, de 31 de dezembro;

- b) Das valorizações e acréscimos remuneratórios derivadas das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório decorrentes da avaliação de desempenho de pessoal não docente, referentes ao biénio 2019 - 2020;
 - c) O ingresso de 9 investigadores doutorados por procedimento concursal ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2016 de 24 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017 de 19 de julho, e 2 ao abrigo de projetos financiados (Programa Horizonte 2020 – Ação Marie Curie).
 - d) Do aumento do valor da remuneração base praticada pela Administração Pública, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 29/2019, de 20 de fevereiro (de 635,07€ para 665,00€, com efeitos a 1 de janeiro de 2021;
- 2) A ausência de prémios de desempenho;
 - 3) Acréscimo nos encargos com suplementos, decorrente da atualização de 0,3% da tabela remuneratória da Administração Pública [2];
 - 4) Decréscimo dos encargos com o trabalho suplementar e com trabalho normal noturno, na sequência da diminuição das horas efetuadas;
 - 5) Redução dos encargos com o trabalho por turnos, contribuindo para essa redução a aposentação a meio do ano de 2021 de um trabalhador a auferir mensalmente aquele abono;
 - 6) Ligeiro aumento das despesas com ajudas de custo, refletindo o desconfinamento no âmbito da situação pandémica verificada em 2021. Os encargos com ajudas de custo respeitam maioritariamente a atividades de investigação (reuniões de acompanhamento de projeto, trabalho de campo, participação em conferências e Workshops). [3];
 - 7) Ligeiro acréscimo nos encargos com as despesas de representação justificado pelo provimento de um dirigente intermédio de 2º grau;
 - 8) Diminuição do valor da rubrica de outros encargos com pessoal em 14,65% (50.209,85€, em termos absolutos) [4].

O somatório dos encargos com as saídas reduziu para 91.979,21€, menos 38,6% do valor do ano anterior (149.729,51€). Registou-se um decréscimo dos encargos com as remunerações de férias não gozadas (em cerca de 18,6%) relativamente ao ano anterior. Também não foi pago, em 2021, qualquer valor de compensação por caducidade e por falta de aviso prévio (em 2020 estas duas rubricas ascenderam a um montante de 36.697,98€).

O somatório das despesas com colaboração técnica e formação registaram um valor de 73.971,07€, a que corresponde 25,3% do valor dos encargos totais despendidos nesta rubrica.

Os abonos pagos aos trabalhadores a aguardar aposentação até que a pensão fosse definitivamente paga pela Caixa Geral de Aposentações perfizeram o montante de 73.522,90€, correspondendo a 25,1% do total dos outros encargos, valor, contudo ligeiramente mais baixo do que no ano anterior, que tinha sido de 90.680,38€.

Refira-se ainda, que está incluído nesta rubrica o montante de 52.995,90€ (correspondendo a 18,1% do valor total da rubrica), relativo a despesas com reembolsos de despesas de

deslocação, as quais, embora não pertencentes ao agrupamento de pessoal - rubrica 02.02.13, foram pagas pelos Serviços de Recursos Humanos.

6.2. – Evolução dos Encargos com as Prestações Sociais

Em termos gerais, verifica-se um decréscimo residual de 0,01% nas despesas com as prestações sociais.

Quadro 19
Evolução dos Encargos com Prestações Sociais

Encargos com Prestações Sociais	Valores em Euros		Taxa de Crescimento
	2020	2021	
Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade	31.576,86€	17.069,74	-45,94%
Abono de Família	14.228,05€	11.433,16	-19,64%
Subsídio por Morte	1.307,28€	1.316,43	0,70%
Subsídio de Funeral	219,96€	0,00€	-100,00%
Subsídio de Refeição	966.845,61€	975.913,38	0,94%
Outras Prestações Sociais	247,92€	0,00€	-100,00%
TOTAL	1.014.425,68 €	1.005.732,71 €	-0,01 €

Este decréscimo nos encargos com as prestações sociais resulta da diminuição de quase todas as prestações sociais pagas, com exceção do subsídio de refeição, que teve um ligeiro aumento, inversamente proporcional, ao decréscimo do total das prestações sociais (0,94%).

De referir a ausência de encargos com outras prestações sociais, proporcionando uma diminuição de 100,00% das despesas desta rubrica.

O aumento no subsídio de morte devido ao falecimento de um trabalhador na categoria de assistente técnico da Faculdade de Ciências e Tecnologia corresponde ao aumento anual previsto na legislação em vigor à data do falecimento (Portaria n.º 27/2020, de 31 de janeiro).

6.3. Encargos com as Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social

Embora os mapas do balanço social não possuam uma rubrica específica para os encargos com as contribuições suportadas pela entidade patronal, merecem especial relevo as despesas relativas à contribuição da UAlg para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e para Segurança Social, dado o peso significativo de cerca de 8,3 milhões de euros (8.362.614,92€) no orçamento global (18,69%). Importa referir ainda que estes encargos sofreram um decréscimo de 2020 para 2021, em cerca de 48 mil euros, justificado, principalmente, pela diminuição dos encargos com a remuneração base.

7 – HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Dando continuidade ao cumprimento das obrigações legais em matéria de Higiene e Segurança no Trabalho, a Universidade do Algarve promoveu em 2021 um conjunto de iniciativas, visando assegurar adequadas condições de trabalho que previnam os riscos profissionais e promovam a saúde, bem-estar e segurança de todos os trabalhadores, alunos e utentes.

Neste contexto, o valor aplicado pela Universidade do Algarve, em segurança e saúde no trabalho totaliza **1.023.135,27 €**, distribuídos da seguinte forma:

- Encargos com as medidas de autoproteção referentes ao edifício 8 e com a alteração das medidas de autoproteção ao edifício 4, ambos no *Campus de Gambelas*;
- Aquisição de bens ou equipamentos de proteção, tais como componentes de andaime de proteção coletiva, botas, arnês, óculos, calças, para além de máscaras e luvas, no âmbito do Plano de Contingência Covid-19;
- Formação em “Segurança nos trabalhos em altura” ministrada aos trabalhadores dos Serviços Técnicos;
- Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais: foram considerados os encargos com contratos de manutenção, empreitadas, limpeza das instalações e respetiva gestão de resíduos, por forma a garantir as medidas de prevenção para todos os trabalhadores/ alunos que se encontram, utilizam e acedem às suas instalações, incluindo pessoas com mobilidade condicionada, bem como, instalações sociais e de bem-estar.

No âmbito do programa de formação Qualifica+ , realizou-se ainda uma ação de formação em Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho”, de 60 horas, que contou com a participação, entre outros, de trabalhadores afetos às áreas laboratoriais, aos Serviços Técnicos, aos Recursos Humanos e Serviços de Ação Social, além de dirigentes.

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Balanço Social de 2021 revela um acréscimo, em termos absolutos, do número de efetivos, mais 28, comparativamente ao ano anterior, correspondendo a um crescimento de 2,20%, tendo sido o pessoal docente universitário o que mais contribuiu para este acréscimo (mais 23 efetivos). Tendência contrária verificou-se no pessoal não docente, que diminuiu o número de efetivos na razão de 8 trabalhadores.

No que concerne ao pessoal docente verificou-se um acréscimo de 30 efetivos em termos absolutos. Não obstante, este aumento consubstanciou-se num decréscimo de menos 0,247 ETIs.

No que se refere às saídas operadas em 2021, verificou-se que o principal motivo consistiu na caducidade (60,4%), seguida da aposentação (21,5%, incluindo 5 casos de aposentação por limite de idade) e em terceiro, por denúncia do contrato (7,6%).

O pessoal docente do ensino politécnico é o grupo que apresenta o maior número de saídas, 78 no total, representando 54,2% das saídas verificadas em 2021, enquanto o pessoal docente do ensino universitário apresenta um total de 33 saídas (22,9%).

Verifica-se ainda a saída de 26 trabalhadores não docentes (18,1%) e 7 investigadores (4,9%).

No que concerne à assiduidade dos trabalhadores, o número total de dias de faltas ao trabalho aumentou em 3,71%, relativamente ao ano de 2020. De salientar que esta é uma realidade que se vem mantendo no último triénio. A doença é o motivo que mais dias de faltas gera (72%), tendo existido, no entanto, um acréscimo de 7,16% nos dias de faltas por doença relativamente ao ano anterior. Este acréscimo tem vindo a ser acompanhado do aumento da média etária dos trabalhadores da instituição, principalmente na carreira não docente.

No que se refere às despesas com pessoal, em termos reais, verificou-se um decréscimo nos encargos com pessoal no montante aproximado 260 mil euros, ou seja, reduziu em cerca de 0,73% relativamente ao ano anterior, sendo que foi a rubrica de remuneração base a que mais contribuiu para este acréscimo (cerca de 232 mil euros).

Relativamente aos encargos com as prestações sociais, verificou-se a mesma tendência de descida, embora numa percentagem muito reduzida, sofrendo um decréscimo no valor dos gastos com pessoal na ordem dos 9 mil euros, comparativamente com o ano de 2020, consequência da diminuição dos subsídios pagos no âmbito da parentalidade e do abono de família, não obstante um ligeiro aumento verificado na rubrica de subsídio de refeição.

No que concerne à rubrica de Outros Encargos, esta registou uma redução de cerca de 50 mil euros em relação ao ano anterior, refletindo o esforço que tem sido realizado para a diminuição dos valores pagos decorrentes das saídas (aposentação, denúncias e caducidades), nomeadamente no que concerne aos montantes relativos a férias não gozadas.

De salientar que as contribuições da entidade patronal para a Caixa Geral de Aposentações e a Segurança Social mantêm um peso muito significativo nas despesas de pessoal, cerca de 8,3 milhões de euros, no volume dos encargos totais (18,69%). Estes encargos sofreram um ligeiro decréscimo (em cerca de 48 mil euros), justificado, principalmente, pela diminuição dos encargos com a remuneração base.

ANEXOS

Quadros do Balanço Social